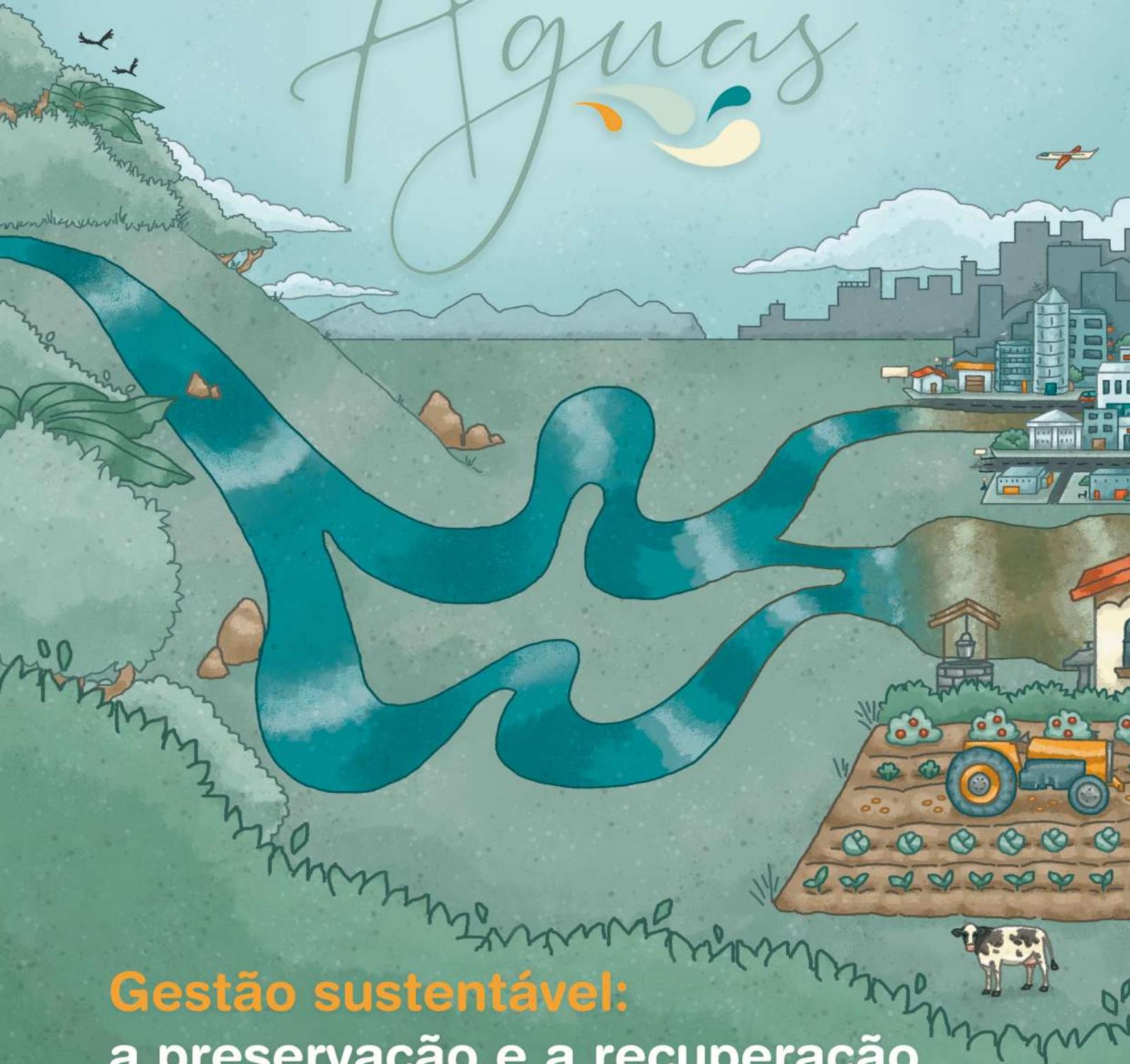


REVISTA

QUATRO

Águas



Gestão sustentável: a preservação e a recuperação dos mananciais

Pág. 16

Os desafios da implementação das ações voltadas para a melhoria da oferta de água, em quantidade e qualidade

REVISTA

Águas

QUATRO

Comitê Piabanha

Rua Teresa, nº 1515 – Sala 114 -
Hiper Shopping ABC
Alto da Serra – Petrópolis/RJ
CEP: 25.635-530

- (24) 2237-9913
- (24) 98855-0997
- cbhpiabanha@agevap.org.br
- comitepiabanha
- Comitê Piabanha
- Comitê Piabanha

Comitê Médio Paraíba do Sul

Rua Cincinato Braga, nº 221
Aterrado – Volta Redonda/RJ
CEP: 27.213-040

- (24) 3337-5661
- (24) 98855-1076
- cbhmediops@agevap.org.br
- cbhmediops
- Comitê Médio Paraíba do Sul
- Comitê Médio Paraíba do Sul

Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Av. Alberto Lamego, nº 2.000 (UNF)
Prédio P5, TÉRREO (ao lado do Bradesco) -
Parque Califórnia - Campos dos Goytacazes/RJ
CEP: 28.013-602

- (22) 2725-9023
- (24) 98855-0929
- cbhbaixops@agevap.org.br
- cbhbpsi
- Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
- Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Comitê Rio Dois Rios

Av. Julius Arp, nº 85
Centro – Nova Friburgo/RJ
CEP: 28.623-000

- (22) 2523-4881
- (24) 98855-0359
- cbhriodoisrios@agevap.org.br
- cbhrio2rios
- Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios
- Comitê Rio Dois Rios



Editorial

A crise de água não é consequência apenas de fatores climáticos e geográficos, mas principalmente do uso irracional dos recursos hídricos. É sempre importante lembrar que a água é limitada e que precisamos dela para absolutamente tudo, inclusive para o desenvolvimento das regiões. Neste sentido, a educação ambiental e a participação da população são fundamentais, pois contribuem para aumentar o senso de responsabilidade das pessoas em relação ao meio ambiente, orientando sobre a preservação, recuperação e reutilização de alguns recursos.

Os Comitês de Bacias que integram a Revista Quatro Águas iniciaram em 2022 a execução de seus respectivos Planos de Bacia, um importante instrumento de gestão que traz informações, desafios e ações necessárias para a sustentabilidade de cada bacia hidrográfica. Para a elaboração deste documento, a participação da população foi fundamental e continua sendo de suma importância para o acompanhamento de sua execução.

Portanto, cabe a esta Revista contribuir para disseminar a informação sobre as ações executadas pelos Comitês, agora em conformidade com os Planos, e munir a população de meios para se aprofundar em cada tópico aqui abordado. Afinal, o conhecimento viabiliza a cobrança pela eficiência das ações e proporciona meios de contribuir com novas ideias.

Equipe Revista Quatro Águas

Comitê Médio Paraíba do Sul

Presidente: Luis Felipe Cruz Lenz Cesar
Vice-presidente: Vinicius Azevedo
Secretário-executivo: José Arimathéa Oliveira
Diretores: Vera Lúcia Teixeira, Geovane Alves de Andrade, Jane da Silva Faria Soares
www.cbhmedioparaiba.org.br

Comitê Piabanha

Presidente: Erika Cortines
Secretária-executiva: Julieta Laudelina de Paiva
Diretores: Claudia Karina Wilberg, Laíze Rafaelle Aguiar dos Santos, Rafaela Facchetti e André Dantas Martins
www.comitepiabanha.org.br

Comitê Rio Dois Rios

Diretor Presidente: Ocir Alves Teixeira
Diretora Vice-presidente: Alessandra Assunção
Diretora Secretária-executiva: Mayná Coutinho Moraes
Diretores: Lícius de Sá Freire, Pécio Eugênio Portz e Vicente Bastos Ribeiro
www.cbhriodoisrios.org.br

Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Diretor Presidente: Zenilson do Amaral Coutinho
Diretor Vice-presidente: José Armando Barreto
Diretor Secretário: João Gomes de Siqueira
Diretores Administrativos: Luiza Figueiredo Salles, Fernando Costa e Maurício Silva Zanon
www.cbhbaixoparaiba.org.br

Coordenação Técnica:

Contato: agevap@agevap.org.br – www.agevap.org.br
Endereço: Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A) – Manejo – Resende-RJ
Redação e reportagem: Monique Soares (Jornalista- Mtb 32497/RJ) – Especialista Adm. Comunicação (Agevap)
Colaboração: André Bohrer- Coord. de núcleo (Agevap/UD3), Antonio Ednaldo Oliveira- Esp. em Recursos Hídricos (Agevap/UD4), Carolina Cortasio Wayand- Estagiária de Comunicação (Agevap/UD2) e Daniel Carlos Oliveira- Estagiário de Comunicação (Agevap/UD4).
Núcleo de Revisão: Equipe CG Inea 01/2010
Imagens: Arquivo Agevap
Layout e Diagramação: Nicole de Abreu | Tikinet
Impressão: COAN Indústria Gráfica
Tiragem: 1000 exemplares



"A Revista Quatro Águas é uma publicação oficial dos 4 CBHs com periodicidade anual".

Índice

- 02 Planos de Bacia começam a ser executados
- 04 Comitê direciona recursos para incentivo à pesquisa
- 05 Projeto de Educação Ambiental capacita escola para uso racional da água
- 06 Novos municípios são contemplados com projeto "Cílios do Paraíba"
- 08 Com sonda de monitoramento, Comitê investiga alterações na qualidade da água
- 09 Conheça o Comitê Médio Paraíba do Sul
- 10 Comitê acompanha reuniões sobre eventos críticos em Petrópolis
- 12 Novo edital oferece R\$100 mil em incentivo à pesquisa
- 13 Monitoramento dos rios é ampliado com novos pontos e maior período de execução
- 14 Comitê Piabanha lança novo site
- 15 Conheça o Comitê Piabanha
- 16 Gestão sustentável: a preservação e a recuperação dos mananciais
- 18 Comitês participam de Expedição em prol da proteção e preservação das nascentes
- 19 Novos municípios recebem Projetos de Esgotamento Sanitário
- 20 CBH-R2R receberá R\$1 milhão para investir no projeto Diagnóstico e Intervenção
- 21 Comitê define 143 unidades hidrológicas de planejamento na região
- 22 GeoPortal do CBH-R2R promove capacitação regional
- 23 Novo Regimento estende período de gestão de dois para quatro anos
- 24 Conheça as ações em andamento pelo projeto AAgente das Águas
- 25 Conheça o Comitê Rio Dois Rios
- 26 A atuação da sala de monitoramento no período de cheias em 2022
- 28 O edital PROPEQUISA e o apoio ao controle de vazões
- 29 Canais da Baixada Campista: estudo para regularização hídrica em fase final
- 30 Educação Ambiental: projeto tem como ponto de partida sete escolas da região
- 31 Conheça o Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
- 32 O retorno dos eventos presenciais: ENCOB e ECOB

Planos de Bacia começam a ser executados



2ª Reunião do Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Implementação do PIRH-PS- 15/12/22

2022 foi marcado como o ano de implementação do Plano de Bacia de cada uma das quatro regiões hidrográficas onde atuam os comitês: Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Os documentos foram aprovados em 2021 para serem implementados pelos próximos 15 anos. A previsão é de que sejam investidos, ao longo deste período, aproximadamente R\$ 113 milhões, recursos esses da cobrança pelo uso da água nas respectivas regiões hidrográficas de abrangência dos Comitês.

RELEMBRANDO - O processo de construção dos Planos foi dividido em três fases:

- **Fase I:** Complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS);
- **Fase II:** Elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes fluminenses e mineiras;
- **Fase III** – Consolidação da Integração entre o PIRH-PS e os Planos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes e a elaboração de Manual Operativo (MOP) integrado.

O processo de elaboração do PIRH-PS e dos Planos afluentes foi, portanto, orientado para a integração do planejamento na bacia do rio Paraíba do Sul, o que contribuirá para maior facilidade operacional das ações e otimização dos recursos humanos e financeiros da bacia, permitindo o fortalecimento do processo decisório participativo.

Ao final da elaboração do Plano de Bacia de cada comitê, foi desenvolvido um MOP - Manual Operativo, com o objetivo de facilitar a operacionalização da execução das ações previstas. Ele orienta o passo a passo da implementação das ações de curto prazo, considerando o horizonte de execução de 5 anos. Esse documento foi concebido como forma de instruir os entes envolvidos sobre o que fazer no início da implementação.

Para Carin von Mühlen, coordenadora do Grupo de Trabalho de Monitoramento do Comitê Médio Paraíba do Sul, o MOP foi um instrumento de gestão que auxiliou muito no início da implementação do Plano. Ela destacou que “o mais importante para se verificar nesta fase inicial é o Manual Operativo, especialmente as ações de curto prazo”.

“Para o Médio Paraíba do Sul o início da implementação do Plano tem ocorrido de forma orgânica, uma vez que foi uma construção coletiva. Mesmo assim, foi necessário um processo de educação e internalização das ações acordadas para que o Comitê percebesse que a forma de gerir as ações passa a ser orientada pelo plano e não mais por ações pontuais. Vencida essa etapa, a apropriação do instrumento por parte dos diferentes Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas também foi importante para a coordenação das ações propostas”, explicou Carin sobre este que foi o primeiro ano de implementação.

A presidente do Comitê Piabanha, Erika Cortines, destacou que foi necessário readequar o Plano de Aplicação Plurianual ao novo Plano de Bacia, que “trouxe uma reorganização das ações e programas, por agendas temáticas”. Para ela, também é muito importante que neste início as ações estejam realmente alinhadas ao Plano Integrado do Rio Paraíba do Sul, para que elas possam se fortalecer e para que se atinjam as metas.

“A atualização do andamento das ações e a percepção de que linha de atuação está com lacunas em sua execução pode ser uma boa estratégia para o acompanhamento inicial e ajuste fino das ações ao proposto no plano”, apontou Erika.

Lícius de Sá Freire, diretor administrativo do Comitê Rio Dois Rios e coordenador dos Grupos de Trabalho de Acompanhamento do Contrato de Gestão e do Plano de Bacia, a execução do Plano de Bacia neste primeiro ano foi muito interessante, pois o plano foi consolidado com muita aderência a realidade da região.

“As ações previstas foram naturalmente realizadas, com destaque para a execução das ações relacionadas com os projetos técnicos de saneamento, educação ambiental (Projeto AGenTe das Águas) e infraestrutura verde (Projeto Diagnóstico e Intervenção) que foram exitosamente implantados e executados neste primeiro ano”, detalhou Lícius.

O presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, Zenilson Coutinho, afirmou que, com o Plano de Bacia em mãos, o Comitê tem base para implementar suas ações, prestando um serviço eficiente a sua região hidrográfica.

“O Comitê tem condições de fornecer suporte e informações necessárias para cumprir seus objetivos, apoiar e promover ações na defesa de ocorrências de eventos hidrológicos críticos, gerados por empreendimentos hidrelétricos, trans-

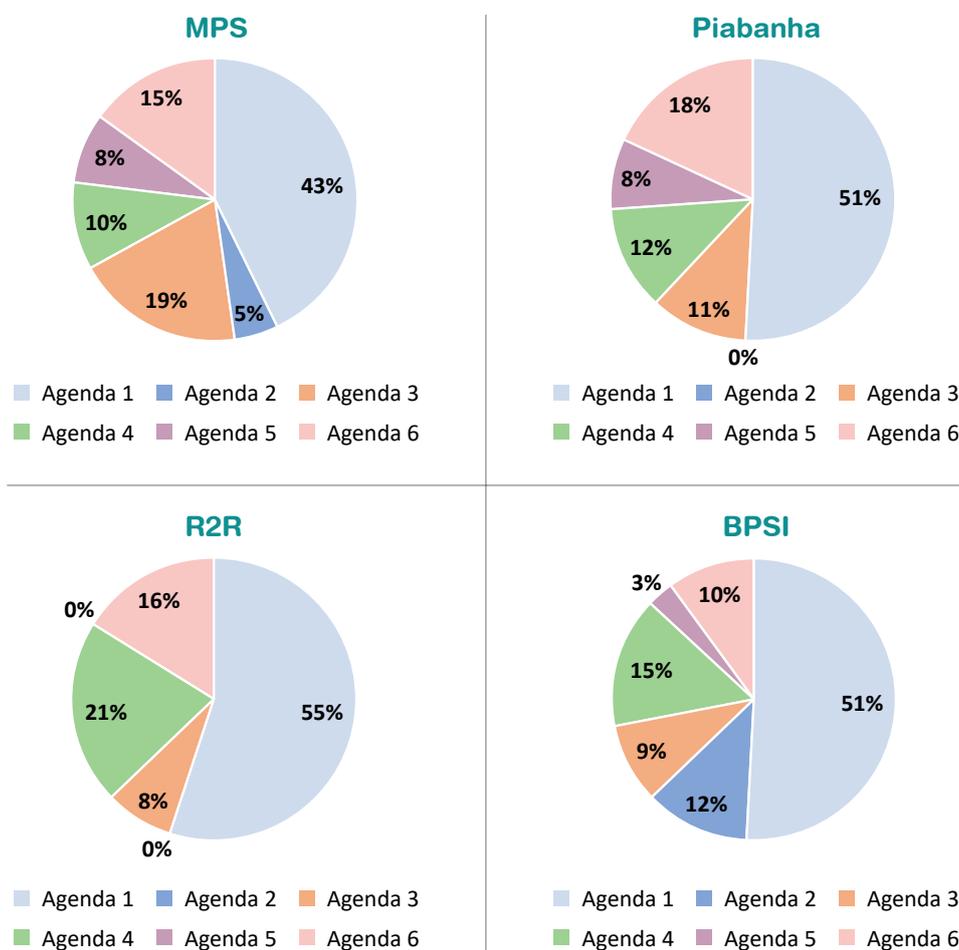
posições de bacia e obras sob responsabilidade da União, que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública, assim como prejuízos econômicos e sociais”, explicou Zenilson Coutinho.

O que aconteceu em 2022?

Os gráficos abaixo demonstram o desenvolvimento das ações dos comitês no primeiro ano de execução do Plano de Bacia, distribuídas dentro das temáticas, chamadas “Agendas”. Vale ressaltar que cada Comitê possui seu próprio plano, porém a nomenclatura destas “Agendas” foi a mesma para todos. Os percentuais dos gráficos foram calculados com base no somatório das ações das seis agendas.

Como saber se as metas estão sendo atingidas?

Para cada ação do Plano de Bacia foram definidos, no Programa de Ações, uma meta a ser atingida e o seu respectivo indicador para medição. É através do acompanhamento destes indicadores que será efetivamente medido e acompanhado o avanço do Programa de Ações.



		MPS	Piabanha	R2R	BPSI
Agenda 1	Gestão de Recursos Hídricos	50	53	27	37
Agenda 2	Recursos Hídricos- Quali-Quantitativo	6	0	0	9
Agenda 3	Saneamento Urbano e Rural	22	11	4	7
Agenda 4	Infraestrutura Verde	11	13	10	11
Agenda 5	Produção de Conhecimento	9	8	0	2
Agenda 6	Comunicação e Educação Ambiental	17	19	8	7
Total das ações desenvolvidas no 1º ano		115	104	49	73

Comitê direciona recursos para incentivo à pesquisa

A fim de fomentar a produção de conhecimento em sua área de abrangência – a Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul, o Comitê Médio Paraíba do Sul tem destinado, desde 2015, recursos para apoio e financiamento de projetos de pesquisa. Esta iniciativa viabiliza a obtenção de dados que contribuem para a gestão dos recursos hídricos através da seleção de propostas voltadas para pesquisa científica.

Primeiramente, foi lançado o Programa de **Auxílio à Pesquisa** com a publicação dos editais nº 01 e nº 011 em 2015 e nº 05 em 2018 para a concessão de auxílio financeiro a projetos científicos com o dinheiro arrecadado através da cobrança pelo uso da água. O Auxílio à Pesquisa é voltado para trabalhos de conclusão de cursos técnicos, graduação, especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Esta modalidade financiou projetos que se enquadravam em linhas temáticas específicas, relacionadas com recursos hídricos e meio ambiente. O total do financiamento nesta modalidade soma cerca de R\$ 126 mil.

Já em 2020, o Comitê lançou o **PROPESQUISA**, que consiste no desenvolvimento de pesquisas referentes aos recursos hídricos, com enfoque determinado pelo Comitê. Para a determinação de linhas de atuação o Comitê utilizou os resultados apontados pela I Oficina RX do Esgotamento Sanitário realizada em 2017 e que contou com a adesão de 85% dos municípios da Região. A Oficina apontou os principais desafios enfrentados pelo setor. O PROPESQUISA investiu um total de R\$ 81 mil.

Para o presidente do Comitê, Luis Felipe Cesar, “o incentivo e apoio à pesquisa é de grande importância para fomentar construção e difusão de conhecimento científico e contribuir para que esses estudos gerem melhores políticas públicas para a conservação das águas, em qualidade e quantidade. Além disso, é uma forma de valorizar as instituições de ensino e pesquisa e os profissionais que atuam na área”.



VII Simpósio Água Boa

Em 2022 foi realizado o VII Simpósio Água Boa, evento anual do CBH-MPS que trouxe como tema “Comitê Médio Paraíba do Sul Construindo Conhecimento: apresentação dos resultados”. Durante o evento foram apresentados os trabalhos contemplados no edital 05/2018 de Auxílio à Pesquisa.



Confira mais fotos no site: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.4458545500936627&type=3>



Projeto de Educação Ambiental capacita escola para uso racional da água

O desenvolvimento de uma sociedade sustentável está diretamente ligado a mudanças de atitudes. Desta forma, a Educação Ambiental nos níveis escolares pode ser uma importante estratégia de mobilização social para o enfrentamento de problemas como escassez hídrica, consumo exacerbado de água potável, bem como o seu desperdício. O professor Francisco Jácome Gurgel Júnior, representante do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA) no Comitê Médio Paraíba do Sul, coordenou em 2022 o projeto denominado “Olhos Verdes”. A ação envolve a capacitação e sensibilização da Comunidade Escolar (docentes, discentes, funcionários, direção geral, corpo pedagógico e colaboradores) do Colégio Estadual Rondônia/Volta Redonda acerca da utilização racional dos recursos hídricos no ambiente doméstico.



O desenvolvimento do projeto preconizou a realização de uma oficina de capacitação para o corpo docente da escola e, posteriormente, o plantio de mudas nativas da Mata Atlântica em nascentes do município de Volta Redonda previamente identificadas pela Coordenação do Projeto em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Volta Redonda (SMMA/VR), além de duas visitas técnicas previamente agendadas. Uma das visitas ocorreu às margens do rio Paraíba do Sul visando informar as características gerais do maior manancial de água da região e os impactos negativos sofridos. A outra visita ocorreu na Estação de Tratamento de Água do Belmonte operada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda para conhecimento de todo o processo de tratamento de água captada do rio e seu trajeto até o consumo final pelos munícipes.

Durante a visita dos alunos à ETA Belmonte ocorrida em maio, o professor Francisco Jácome Gurgel Júnior declarou que esta atividade “contribui diretamente no processo de aprendizagem dos nossos alunos, uma vez que no curso desenvolvemos questões ambientais, fazendo agregar maior valor em sua formação”.



O nome do projeto faz alusão a importância da cobertura vegetal na proteção das nascentes e olhos d'água perenes e/ou intermitentes em um raio mínimo de 50 metros conforme disposto no art. 4º, IV, da Lei Federal nº12.651/12 que trata das áreas de preservação permanente. O projeto será avaliado posteriormente em conjunto pelos parceiros para apontamento das fragilidades e potencialidades. O Colégio Estadual Rondônia possui um curso técnico regular de Meio Ambiente que funciona no turno noturno e o projeto será uma oportunidade ímpar para os discentes do curso praticarem ações de manejo na área ambiental e Educação Ambiental de caráter não-formal.



Novos municípios são contemplados com projeto “Cílios do Paraíba”



Perspectiva Espaço Cílios do Paraíba
Proposta

Educação Ambiental voltada para o uso racional dos recursos naturais, principalmente os recursos hídricos, e à sustentabilidade. Este é o conceito que norteia o projeto Cílios do Paraíba que está em sua segunda edição. O projeto visa a construção de espaços públicos temáti-

cos, utilizando materiais sustentáveis e com uma dinâmica de um jogo autoguiado. O local valoriza o contato com a natureza e a socialização. Na primeira edição o projeto foi implantado em Pinheiral/RJ e Porto Real/RJ e na segunda em Itatiaia/RJ e Quatis/RJ.



Construção do Projeto Cílios do Paraíba em Itatiaia. Registrada em ago/22 pela Agevap.



Construção do Projeto Cílios do Paraíba em Quatis. Registrada em ago/22 pela Agevap.

O projeto é dividido em duas etapas: a primeira consiste na criação do Espaço Cílios do Paraíba, e a segunda no desenvolvimento de programa de educação ambiental. Para o desenvolvimento do espaço é priorizado o uso de material sustentável, placas informativas e educativas. Tudo é estruturado em um contexto lúdico e interativo, seguindo um formato que simula um jogo de tabuleiro.

Ainda de acordo com o projeto, o programa de educação ambiental deve ser oferecido para escolas das redes municipal, estadual e particular do município, através de visitas agendadas ao espaço verde. A realização cabe às Prefeituras visando atender turmas do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Para receberem os projetos, os municípios tinham que manifestar interesse no prazo determinado e seguir as regras do respectivo edital. A primeira edição aconteceu através da publicação do Edital nº 02/2016 e foram contemplados os municípios de Porto Real e Pinheiral. Já em 2019 foi lançado o Edital nº 013/2019 que contemplaram Itatiaia e Quatis.

O diretor do CBH-MPS, representando a prefeitura de Porto Real, Geovane Andrade, disse: “Tivemos o privilégio de ser o primeiro município a receber o projeto Cílios do Paraíba. O espaço trouxe revitalização a uma área de muita importância para a história no município pois fica próximo a Mina Dom Pedro, marco histórico da nossa cidade. Também oportunizou a realização de eventos e práticas de educação ambiental, integrando o patrimônio do município”.

De acordo com a Prefeitura de Quatis, “a praça sustentável, adquirida através do Projeto Cílios do Paraíba, foi um ganho muito importante para a propagação da educação ambiental no município de Quatis”. Para a prefeitura, “a educação ambiental deve ser inserida desde cedo na vida das crianças, então, nada melhor do que conciliar com o lazer e proporcionar o acesso a todos”.

A Prefeitura de Quatis complementou ainda dizendo que no local haverá o plantio de mudas em homenagem as vítimas da COVID-19, a fim de contribuir para a manutenção da biodiversidade local. “A praça encontra-se em fase final de construção e acredita-se que em breve será inaugurada para uso da população”, afirmou a prefeitura.

O secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Itatiaia, Rodrigo Freitas, ressaltou que a expectativa para a implantação de uma praça sustentável é a melhor possível.

“A localização, na estrada que leva ao Parque Nacional, será mais um atrativo para nossos turistas. A praça, que vai utilizar materiais sustentáveis e energia solar, será um importante espaço de boas práticas ambientais, que devem gerar melhoria na qualidade de vida da população. Esse será um espaço para ações de educação ambiental, envolvendo as crianças da rede municipal de ensino, e um local para que visitantes e moradores tenham contato e informações sobre a importância de preservar nosso meio ambiente”, destacou o secretário.

Só poderiam manifestar interesse para receber o projeto Cílios do Paraíba os municípios inseridos na área de abrangência do Comitê Médio Paraíba do Sul. O projeto envolve a construção de espaços verdes com uma área aproximada de 650m² ao longo do Rio Paraíba do Sul, implantados em áreas indicadas pelas prefeituras através de edital público.

A implantação do Projeto Cílios do Paraíba é realizada por empresa especializada contratada pela AGEVAP, secretaria-executiva do Comitê Médio Paraíba do Sul, conforme seu calendário de atividade. Itatiaia e Quatis, que são os municípios contemplados nesta última edição de 2019, tiveram o contrato firmado e as atividades iniciadas em novembro de 2021. O término do contrato está previsto para abril de 2023.



Você sabia?!

Matas ciliares são florestas ou coberturas vegetais nativas localizadas nas margens de rios, lagos, dentre outros. O nome “ciliares” é dado por ela proteger as margens dos rios, assim como os cílios protegem os olhos.



Com sonda de monitoramento, Comitê investiga alterações na qualidade da água

O Grupo de Trabalho (GT) Monitoramento, criado para coordenar as ações do projeto de monitoramento das águas do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, definiu ao longo de 2022 alguns pontos de coleta e iniciaram a articulação de parcerias junto a instituições de ensino para realizar a avaliação dos parâmetros. Foi realizada uma reunião com essas instituições em agosto e uma segunda reunião em novembro.

A fase inicial do projeto inclui a já adquirida sonda de monitoramento e a realização de campanhas de amostragem em pontos definidos pelo Comitê Médio Paraíba do Sul com objetivo quali-quantitativo.

A fase seguinte envolve diagnóstico completo para enquadramento, ou seja, com base nas campanhas iniciais do diagnóstico, serão realizadas análises completas de amostras com vistas ao enquadramento de trechos de cursos hídricos estaduais com objetivo quali-quantitativo. Nesta mesma fase será desenvolvido o

Plano de Monitoramento da Região Hidrográfica III – Médio Paraíba do Sul, com previsão para ser concluído em 2025. Já a última fase do projeto ocorrerá em seguida à conclusão do Plano e corresponde ao monitoramento contínuo, em que o Comitê pretende implantar de forma permanente o monitoramento dos rios.

O equipamento adquirido e os detalhes do projeto foram apresentados durante a passagem da Expedição Nascentes do Paraíba pela região de abrangência do CBH-MPS, na visita ao Parque Nacional do Itatiaia em março de 2022. A apresentação pode ser conferida no canal do Comitê no YouTube pelo link <https://bit.ly/36GrY0I>. Falaram sobre o projeto de monitoramento, o secretário do CBH-MPS, José Arimathéa Oliveira, a diretora do CBH-MPS, Vera Lúcia Teixeira, e o então especialista em recursos hídricos do CBH-MPS/Agevap, Leonardo Guedes (foto).



ÁREA DE ATUAÇÃO:

A área de atuação do Comitê abrange os municípios de Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Valença, Rio das Flores e Comendador Levy Gasparian, inseridos integralmente, e ainda, os municípios de Rio Claro, Pirai, Barra do Pirai, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Três Rios e Mendes, inseridos parcialmente.

QUEM SOMOS:

Com sede no município de **Volta Redonda/RJ**, o Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul – CBH-Médio Paraíba do Sul foi instituído no dia **11 de setembro de 2008**, pelo Decreto Estadual nº 41.475, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.466/2015. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da **Região Hidrográfica III (RH-III)** do Estado do Rio de Janeiro.



composição (2021-2025)

Plenária
30

Diretoria

Câmara Técnica Permanente
de Instrumentos de Gestão Legal

Câmara Técnica de Educação
Ambiental - CTEA

Grupos de Trabalho

- GT Acompanhamento do Contrato de Gestão
- GT Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos
- GT Monitoramento
- GT de Acompanhamento do Plano de Bacia
- GT Assuntos Legislativos
- GT Regimento Interno

Instituições Titulares e Suplentes

• Fiperj • INEA • P.M. Barra do Pirai • P.M. Valença • P.M. Barra Mansa • P. M. Volta Redonda
• P.M. Mendes • P.M. Levy Gasparian • P.M. Miguel Pereira • P.M. Paraíba do Sul • P.M.
Pinheiral • P.M. Itatiaia • P.M. Pirai • P.M. Resende • P.M. Porto Real • P.M. Quatis • P.M. Rio
Claro • Secretaria de Estado de Defesa Civil • P.M. Vassouras • P.M. Rio das Flores

10
Poder
Público

10
Usuários
de Água

10
Sociedade
de Civil

• Águas da Condessa S.A. • Águas das Agulhas Negras S.A. • INDÚSTRIAS NUCLEARES DO
BRASIL S.A. - INB • SAAEVR • SANEAR • CSN • FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. • SAAE BM
• CEDAE • Light Energia S.A.

• ACAMPAR-RJ • ADEFIMPA-RJ • APEDEMA-RJ • Associação Educacional Dom Bosco
• UNIFOA • O NOSSO VALE! A NOSSA VIDA • UERJ • Associação Civil Vale Verdejante
• SOBEU • IFRJ • Crescente Fértil

ENDEREÇO: Rua Cincinato Braga,
nº 221 Aterrado - Volta Redonda/RJ
CEP: 27.213-040

(24) 3337 5661

cbhmediops@agevap.org.br

@cbhmedioparaiba

@cbhmediops

www.cbhmedioparaiba.org.br



Comitê acompanha reuniões sobre eventos críticos em Petrópolis

No dia 15 de fevereiro de 2022 aconteceu a maior tragédia da história de Petrópolis, município da região serrana do Rio de Janeiro e onde está localizada a sede do Comitê Piabanha. De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), o volume de chuva que caiu neste dia atingiu uma marca inédita. Em apenas seis horas foram registrados 260 mm de chuva – a maior parte, 230mm, em três horas. Isso era o esperado para o mês inteiro no município. Ocorreram enchentes e deslizamentos de terra. Os danos foram maiores porque a tempestade foi muito concentrada no centro da cidade. Ao todo, 241 pessoas morreram.

Não obstante, pouco mais de um mês depois, no dia 20 de março, outro episódio de fortes chuvas aconteceu. O temporal matou 5 pessoas, deixou 31 feridos e 4 desaparecidos. Foram 534,4mm em 24h.

Desde então, o Comitê Piabanha, representado pelas diretoras Rafaela Facchetti, Julieta Paiva, Karina Wilberg e Patrícia Souza Lima, tem participado como convidado de reuniões na 4ª Vara Cível de Petrópolis para tratar sobre as chuvas, visando apoiar tecnicamente as discussões, assim como em reuniões convocadas pela Promotora titular da 1ª. Tutela Coletiva de Petrópolis.

No dia 24 de março, por exemplo, houve uma Audiência na 4ª Vara Cível em Petrópolis que, diante do titular da 4ª Vara, juiz Jorge Luiz Martins Alves e dos promotores Zilda Januzzi e José Alexandre Maximino, estado e município se comprometeram em uma matriz de responsabilidades firmada a adotarem medidas efetivas para reduzir o impacto dos temporais na cidade. Também estiveram presentes o Prefeito de Petrópolis, Rubens José França Bomtempo, o então Secretário Estadual do Ambiente e Sustentabilidade, Thiago Pampolha, e o Presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Philippe Campello Costa Brondi da Silva.

Consequências da tragédia para os rios

Em um dos encontros realizados, Rafaela pontuou que o Comitê Piabanha está procurando, também, projetos que possam dar conta dos problemas do alto curso da bacia do Rio Piabanha. Sendo assim, acredita-se que todo e qualquer problema gerado em uma bacia hidrográfica deve ser resolvido dentro dessa bacia, de montante para jusante. Declarou ainda que o Comitê está de acordo com a recuperação do túnel extravasor do Rio Palatino, mas, também, não concorda com um revestimento que fará com que as águas cheguem com maior velocidade à bacia do Rio Piabanha, agravando a inundação nos bairros de Corrêas,

Nogueira e Itaipava. Rafaela ressaltou que "são necessários estudos hidrológicos, com modelagem computacional, para estudar a diversidade de soluções para que se possa fazer a melhor mescla, nos melhores pontos, para termos o melhor resultado".

No dia 30 de março de 2022, foi realizada reunião virtual, conduzida pela Promotora titular da 1ª. Tutela Coletiva de Petrópolis, Dra. Zilda Januzzi Veloso Beck e pelo Dr. José Maximino Mota, Promotor de Justiça integrante do grupo temático Segurança Hídrica.

A Promotora fez um breve histórico da audiência realizada na 4ª. Vara Cível de Petrópolis e, para operacionalizar as pactuações efetivadas, recomendou a criação de um grupo de trabalho composto pelos órgãos responsáveis pelas obras, por pessoas técnicas que auxiliem no acompanhamento dos estudos e projetos e por representantes da comunidade. Do Comitê Piabanha estão compondo o grupo as seguintes representantes: Rafaela Facchetti, Karina Wilberg e Patrícia Souza Lima.

Realização de vistorias

Nos dias 21 e 22 de julho de 2022, a pedido do Comitê Piabanha foram realizadas vistorias pela Unidade Descentralizada 2 da AGEVAP, para registros fotográficos em trechos de rios do município de Petrópolis indicados na Ação Civil Pública (Processo 0009683-76.2013.8.19.0042) e pelas Diretoras do Comitê Piabanha, Rafaela Facchetti e Julieta Paiva, com o objetivo de verificar a existência de assoreamentos, bem como presença de resíduos sólidos urbanos e resíduos vegetais na calha dos rios. Além das fotos dos locais vistoriados ao final do relatório também foram incluídas fotos de vistorias realizadas anteriormente, com outra finalidade, mas que também indicam a presença de assoreamento e detritos na calha dos rios.





Fotos: Vistoria feitas pelo INEA e Comitê Piabanha em julho de 2022

Este relatório foi feito para embasar a hierarquização dos pontos a serem trabalhados pelo INEA e pela Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (COMDEP) no desassoreamento dos rios do município de Petrópolis. Ao percorrer parte das microbacias afluentes ao rio Piabanha percebe-se claramente que o assoreamento está presente em maior ou menor grau em todos os afluentes e na calha principal.

Destaca-se que serão necessárias equipes trabalhando em paralelo por todo o município para se chegar a um bom resultado e preparar a bacia para as chuvas do verão 2022/2023. Foram destacados os pontos mais relevantes, no entanto, observou-se também com preocupação a baixíssima vazão do rio Piabanha em Itaipava, indicando a necessidade de estudos para a regularização da vazão.

Novo edital oferece R\$ 100 mil em incentivo à pesquisa

“Oferecer apoio financeiro à produção do conhecimento técnico e científico em recursos hídricos”. Esta não é apenas uma das linhas de investimentos preconizadas pelo Plano de Recursos Hídricos do Comitê Piabanha. É uma prioridade de ação, vista a importância que o Comitê confere ao desenvolvimento de pesquisas que venham a embasar as discussões e decisões.

Na 89ª Reunião Plenária do Comitê Piabanha, realizada em agosto, foi aprovada a destinação de recursos para o Edital PROPESQUISA RH-IV: Chamamento Público de Instituições de Ensino Superior para Programa de Fomento à Pesquisa em Gestão de Recursos Hídricos. Em seguida foi formado um grupo pelos membros David Miller, Elena Welper e Julieta Paiva. Lançado oficialmente durante o Encontro Estadual de Comitês de Bacias em Vassouras/RJ, o Edital visa o apoio às instituições para desenvolvimento de pesquisa com temas de interesse do Comitê Piabanha.

O Edital PROPESQUISA consiste em fomento à pesquisa técnica e/ou científica de estudantes matriculados em cursos de graduação e/ou pós-graduação lato sensu e/ou stricto sensu devidamente aprovados pelo Ministério da Educação (MEC), oferecidos por Instituição de Ensino Superior pública com a interveniência de instituição de amparo à pesquisa ou privada sem fins lucrativos. Seu objetivo principal é promover pesquisas científicas que produzam dados que contribuam para o aprimoramento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos e uma maior eficácia do investimento de recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água.

O Edital PROPESQUISA abriu inscrições ao final de 2022 e, conforme cronograma publicado, o desenvolvimento das atividades pelas instituições será em 2023. O edital está disponível no site <https://www.agevap.org.br/editais.php>. A estimativa de recursos aprovados pelo Comitê Piabanha para o Edital é de R\$ 100 mil.



**EDITAL PROPESQUISA
RH-IV PIABANHA**

COMITÊ PIABANHA

LINHA DE ATUAÇÃO
**Estudos Hidrológicos
PRODUÇÃO DE ÁGUA**

INSCRIÇÕES ATÉ:
13 DE FEVEREIRO DE 2023

OBJETIVOS ESPECÍFICOS ESPERADOS

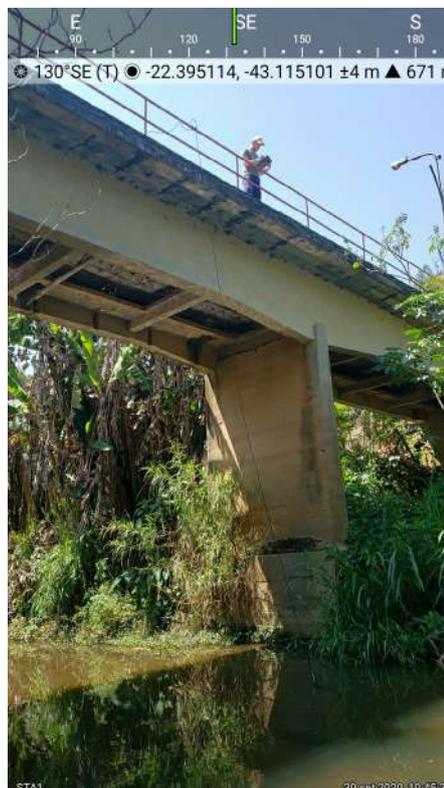
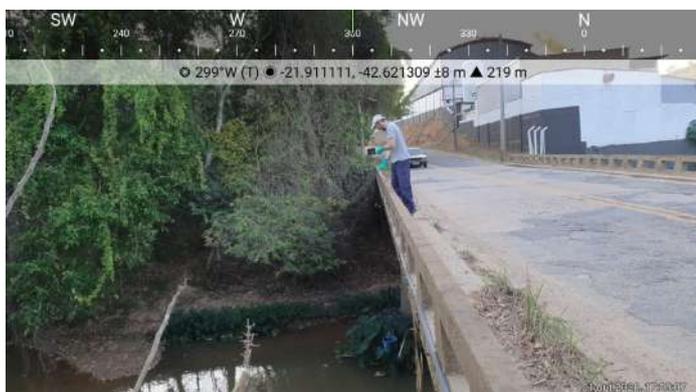
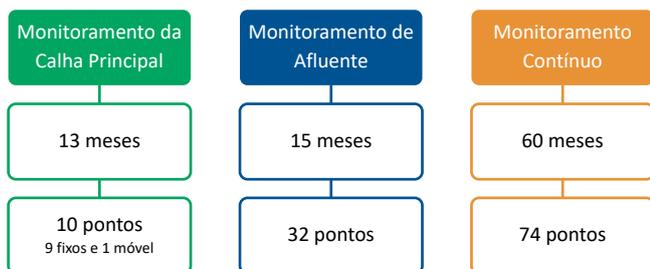
- IDENTIFICAÇÃO DO POTENCIAL DE PRODUÇÃO DE ÁGUA NA RH-IV PIABANHA
- PROJETOS PARA REGENERAÇÃO DE ÁREAS COM POTENCIAL PARA PRODUÇÃO DE ÁGUA NA RH-IV PIABANHA
- PRIORIZAÇÃO DE ÁREAS PARA A PRODUÇÃO DE ÁGUA NA RH-IV PIABANHA

VALOR MÁXIMO DO EDITAL R\$ 100.000,00
PROGRAMA APOIO E PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL DO COMITÊ PIABANHA

EDITAL DISPONÍVEL NO SITE:
www.comitepiabanha.org.br

Monitoramento dos rios é ampliado com novos pontos e maior período de execução

Monitoramento



Arquivo: Monitoramento dos Rios na RH-IV em 2020. Foto: Agevap

Desde 2018, o Comitê Piabanha definiu como uma de suas ações prioritárias o “Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso”. Assim, foi deliberada a contratação de empresa especializada para o monitoramento de rios da Região Hidrográfica IV (RH-IV), com foco na calha principal do rio Piabanha. Nos anos de 2020 e 2021, dando continuidade ao objetivo, foi realizada uma segunda contratação, para o monitoramento dos principais afluentes da RH-IV, ampliando a abrangência do diagnóstico da qualidade dos recursos hídricos para 32 pontos de amostragem, nos rios Preto, Paquequer (Teresópolis), Araras, Paquequer (Sumidouro), Fagundes, Vieira, dos Frades, entre outros.

O trabalho foi concluído no final de 2021 e, no ano de 2022, o Comitê resolveu pela contratação do terceiro serviço de monitoramento para mais pontos e por período maior, visando formar uma série histórica, abrangendo pontos distribuídos ao longo de toda a região hidrográfica. No total, são previstos 74 pontos de amostragem, 64 pontos fixos e 10 pontos móveis que serão indicados pelo Comitê Piabanha posteriormente, para um serviço com previsão de três anos. O início dos trabalhos está previsto para janeiro de 2023.

Para a presidente do Comitê Piabanha, Erika Cortines, “ampliar a amostragem para as sub-bacias, vai nos ajudar a entender melhor a dinâmica das nossas bacias e quais são os pontos que precisam de maior atenção em termos de investimentos e parcerias para que possamos realmente

melhorar a qualidade e quantidade de água e assim garantir a segurança hídrica na RH-IV”

Erika ainda esclareceu o critério de escolha dos locais de monitoramento. “Os locais foram escolhidos pela relevância estratégica em pontos mais e menos impactados da bacia para termos um comparativo de qualidade, nos ajudando na proposição do enquadramento dos rios. O primeiro monitoramento revelou pontos críticos de qualidade, com alguns trechos em Classe 4, a pior dentre as classes de enquadramento e sua foz em Classe 1, a segunda melhor dentre as classes”, explicou a presidente do Comitê.

Análise da água no Quilombo da Boa Esperança

O Comitê Piabanha definiu nesta localidade o desenvolvimento de ações de saneamento, de recuperação hídrica e ambiental, assim como de comunicação, mobilização e educação ambiental. A primeira atividade a ser realizada é a avaliação da qualidade da água captada para abastecimento humano. Além disso, após diagnóstico ambiental que está sendo realizado, o Comitê pretende contratar ações de sistemas de esgotamento sanitário para o local.

Comitê Piabanha lança novo site



Com uma proposta visual mais moderna e intuitiva, o Comitê lança neste início de 2023 seu novo site institucional. A ação integra o conjunto de iniciativas preconizadas em seu Plano de Comunicação, implantado em 2021, que já reformulou sua logomarca, criou um Manual de Identidade Visual, reformulou a comunicação nas redes sociais e modernizou seu material gráfico de forma geral.

Para o cumprimento desta meta de criação de um novo site, o Comitê investiu na contratação de uma empresa especializada. Todo o conteúdo do site antigo será preservado e migrará para o site novo. O objetivo de tal contratação é possibilitar a disponibilização de um conteúdo mais moderno e interativo para os seus usuários, tendo em vista que o site atual do Comitê Piabanha apresenta uma modelagem antiga.

Apesar da mudança, vale ressaltar que esta nova página continuará disponibilizando dados como:

- ✓ Cadastro de Usuários;
- ✓ Cobrança e Arrecadação;
- ✓ Estudos e Projetos;
- ✓ Investimentos na Bacia;
- ✓ Monitoramento Hidrometeorológico;
- ✓ Situação e Operação dos Reservatórios;

- ✓ Legislação sobre Recursos Hídricos;
- ✓ Contrato de Gestão;
- ✓ Produtos de Comunicação;
- ✓ Relatório Ambiental.

Entre as novidades, o destaque é a Versão Mobile do site, em que a página possui uma forma específica para ser apresentada caso seu acesso ocorra via celular ou tablet. Com isso, o site ganha uma versão adaptada para telas menores, com uma visualização mais agradável inclusive. O novo site contará ainda com novas ferramentas administrativas sem a necessidade de intermediação para inclusão de documentos como convocatórias, atas, listas de presenças de reuniões, deliberações, entre outros. Haverá espaços para inserção de arquivos e informações das Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, Diretório Colegiado, Plenário, entre outras, e áreas de acesso restrito a membros.

O endereço permanecerá o mesmo:

www.comitepiabanha.org.br

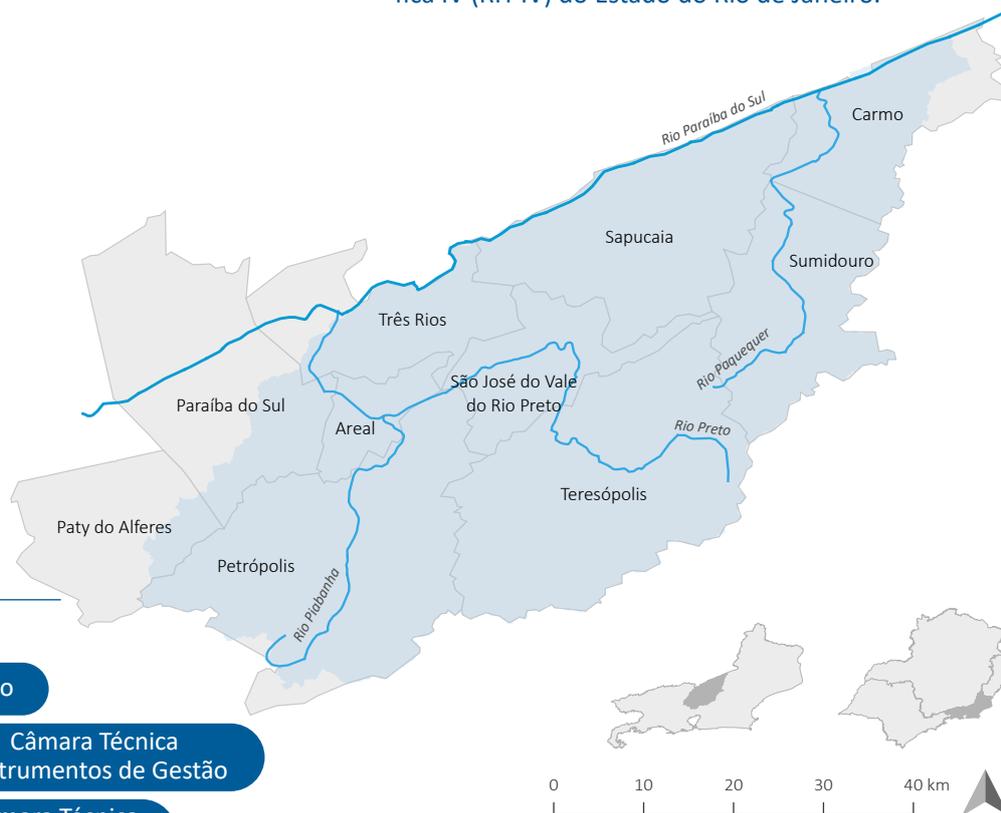


ÁREA DE ATUAÇÃO:

A área de atuação do Comitê abrange os municípios de Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, inseridos integralmente, e ainda, os municípios de Carmo, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis e Três Rios, inseridos parcialmente.

QUEM SOMOS:

Com sede no município de Petrópolis/RJ, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo Decreto Estadual nº 38.235, de 14 de setembro de 2005, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.461/2015. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IV (RH-IV) do Estado do Rio de Janeiro.



composição (2022-2026)

Diretório

Plenária
36

Câmara Técnica
Instrumentos de Gestão

Câmara Técnica
Mananciais

Câmara Técnica
Saneamento Básico

Grupos de Trabalho

- GT Plano de Bacia e Enquadramento
- Grupo de Acompanhamento ao Contrato de Gestão/GACS-Piabanha

Instituições Titulares e Suplentes

- PARNASO • INEA • P.M. Areal • P.M. Paraíba do Sul • P.M. Paty do Alferes • P.M. Petrópolis • P.M. São José do Vale do Rio Preto • P.M. Sapucaia • P.M. Sumidouro • Prefeitura de Teresópolis • P.M. Três Rios • P.M. Carmo • FIPERJ

- Águas do Imperador • CEDAE • COMDEP • FIRJAN • Transportes Única Petrópolis LTDA • Werner Fábrica de Tecidos S.A.

- APEDEMA • Ass. Amigos e Colaboradores do Parque Nacional da Serra dos Órgãos • ACAMPAR • ADEFIMPA • APEA • CDDH • CEFET • OMA-BRASIL • FESO • COPPE/UFRJ • NOVAMOSANTA • UFRRI-ITR • Projeto Araras • Ass. Vale do Mata Porcos • ACERDAT – RJ • UERJ • AMAVALE

ENDEREÇO: Rua Teresa, nº 1515 – sala 114 - Hiper Shopping ABC Alto da Serra – Petrópolis/RJ
CEP: 25.635-530

(24) 2237 9913

(24) 98855-0997

cbhpiabanha@agevap.org.br

@ComitePiabanha

www.comitepiabanha.org.br



Gestão sustentável: a preservação e a recuperação dos mananciais

O termo “desenvolvimento sustentável” foi usado pela primeira vez em 1987 pela diplomata e médica *Gro Harlem Brundtland*, também ex-primeira-ministra da Noruega. Na posição de presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), ela apresentou um relatório no qual se lia: “Desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades”.

Na busca de garantir usos mais sustentáveis da água, os Comitês de Bacias têm trabalhado em projetos e atividades voltadas para promover a recuperação e a preservação dos mananciais. Consta no site do programa Pacto Pelas Águas, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)/ Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), que mananciais “são todas as fontes de água, superficiais ou subterrâneas, que podem ser usadas para o abastecimento público, tais como rios, lagos, nascentes e águas subterrâneas”.

No verão de 2014-2015, a região sudeste do Brasil enfrentou uma grave crise hídrica devido à escassez de chuvas, aumentando a demanda por água bruta e repercutindo diretamente na gestão do rio Paraíba do Sul. Em outubro de 2015, o governo do estado do Rio de Janeiro lançou o Programa Pacto pelas Águas, visando proteger e recuperar os mananciais de abastecimento público, além de aumentar a segurança hídrica em médio e longo prazo. Na época, segundo a Gerente de Gestão do Território e Informações Geoespaciais do INEA, Silvia Marie Ikemoto, não existia base de dados dos mananciais de abastecimento público no estado. “Dessa forma, foi desenvolvido o trabalho pioneiro de identificação, mapeamento e caracterização sistemática dos mananciais de abastecimento público, de modo a delimitar as áreas de interesse para sua proteção e recuperação, e a gerar subsídios técnicos para gestores e tomadores de decisão”, explicou Marie.

Em 2018, foi publicado pelo INEA o “Atlas dos mananciais de abastecimento público do Estado do Rio de Janeiro: subsídios ao planejamento e ordenamento territorial”. Em entrevista especial para a Revista Quatro Águas, Silvia Marie Ikemoto, coordenadora geral da publicação, explicou que a publicação apresenta base teórica e conceitual sobre o tema, sistematiza os principais marcos legais relacionados e apresenta o conjunto de dados organizados e sistematizados pelo INEA no âmbito do Programa Pacto pelas Águas.

Ainda de acordo com Marie, dentre os principais desdobramentos da publicação, cabe destacar “a inclusão das propostas do Atlas em normativas estaduais que orientam as políticas públicas voltadas para a segurança hídrica no estado do Rio de Janeiro”.

Em relação às iniciativas dos Comitês de Bacias neste setor, Marie destacou que houve “um importante avanço na agenda nos últimos anos, considerando a crescente demanda por investimentos em projetos de infraestrutura verde”. Para ela, a concepção e planejamento das iniciativas para proteção de mananciais deve “buscar promover a colabora-

ção e o diálogo entre os parceiros, otimizar o uso de recursos públicos e potencializar o efetivo alcance dos resultados”.

Tal processo de colaboração e diálogo entre parceiros pode ser observado no Programa Mananciais, uma iniciativa do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), que conta com a parceria dos Comitês Afluentes, incluindo o Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Segundo o especialista em recursos hídricos da secretaria-executiva do Ceivap e 4 CBHs (Agevap), Flávio Monteiro, que acompanha a implantação do Programa Mananciais do CEIVAP, esta iniciativa é fruto do aprimoramento do programa piloto de Pagamento por Serviços Ambientais com Foco em Recursos Hídricos do CEIVAP, iniciado em 2014 e que foi encerrado em 2020.

O Programa Mananciais, segundo o especialista, também se baseou no Atlas dos Mananciais uma vez que “as áreas prioritárias descritas no Atlas dos Mananciais foram utilizadas para selecionar as microbacias prioritárias para serem trabalhadas no Programa Mananciais”.

Sobre o Programa Mananciais

Trata-se de um Programa de Investimento para a revitalização de microbacias hidrográficas que são mananciais de abastecimento público na bacia do rio Paraíba do Sul. O Programa financia a elaboração de um projeto integral de recuperação e conservação da microbacia, chamado de “Projeto Participativo de Incremento de Serviços Ambientais na Microbacia Alvo” (PRISMA) e financia também a execução das intervenções prioritárias levantadas pelo PRISMA, como por exemplo, a produção agropecuária sustentável, recomposição florestal, saneamento rural, drenagem de estradas vicinais, entre outros.

O Programa Mananciais atende equitativamente aos 7 (sete) comitês de bacia dos rios afluentes do Paraíba do Sul tendo como meta atuar em 21 microbacias ao longo dos 15 anos (2020 a 2035) previstos para a implantação do Programa. A cada ciclo, com duração de cinco anos cada - sendo o 1º ciclo: 2020-2024; 2º ciclo: 2025-2029; 3º ciclo: 2030-2034 – é contemplada uma microbacia por região hidrográfica dos sete comitês afluentes. A estimativa de investimento em cada ciclo do Programa é de R\$ 23,6 milhões em projetos, serviços e obras.

Regiões contempladas no 1º ciclo do Programa Mananciais:



Médio Paraíba do Sul: Alto Curso do Rio das Flores (Barra do Pirai/RJ)



Piabanha: Rio dos Vieira (Teresópolis/RJ)



Rio Dois Rios: Barracão dos Mendes (Nova Friburgo/RJ)



Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: Baixo Curso do Rio Preto (Campos dos Goytacazes/RJ)

Os sete comitês afluentes atendidos pelo Programa Mananciais, incluindo os quatro comitês desta Revista, seguem uma ordem de prioridade para o recebimento das obras de intervenção, que é a ordem de elaboração dos PRISMAs. Em 2022 foi concluída a etapa de elaboração dos PRISMAs e foi dado início a contratação das intervenções. A microbacia de Barracão dos Mendes (CBH-Rio Dois Rios) foi a única que teve a obra iniciada, já que foi a primeira a ter o PRISMA concluído. Para 2023, novas obras serão

contratadas para Barracão dos Mendes e serão iniciadas as obras nas áreas atendidas pelos demais comitês.

“Em 2022 foi contratado, por meio de licitação, o serviço de Monitoramento Hidrológico (análise de qualidade e quantidade de água), que irá atender às microbacias de Barracão dos Mendes (CBH-Rio Dois Rios) e Alto Curso do Rio das Flores (CBH-Médio Paraíba do Sul). Há outras licitações em curso e que serão concluídas em 2023”, explicou Flávio Monteiro.

Gestão colaborativa: um trabalho de parcerias



Programa Mananciais e outras ações

Além da participação no programa Mananciais, o Comitê Médio Paraíba do Sul tem realizado o monitoramento de rios da região com o auxílio de uma sonda, equipamento adquirido recentemente (ver pág. 08). Os Editais PROPESQUISA e de Auxílio à Pesquisa, lançados nos últimos anos, também estão focados na obtenção de dados que possam contribuir para a gestão dos recursos hídricos.

A secretária-executiva do Comitê Piabanha, Julieta Paiva, explicou que o Comitê tem trabalhado, em diversas outras ações voltadas para a proteção dos mananciais. De acordo com Julieta, são ações voltadas para as áreas de conservação ambiental, o monitoramento dos rios, as discussões na Câmara Técnica Mananciais, e os estudos para a formação de uma nova unidade de conservação onde se localiza a nascente do Rio Piabanha. Para Claudia Karina Wilberg de Castro Costa, diretora do Comitê Piabanha e membro de sua Câmara Técnica Mananciais, é fundamental a criação de políticas públicas adequadas e conscientização do valor destes espaços para a preservação e recuperação dos mananciais.

Uma das ações de destaque do Comitê Rio Dois Rios é o projeto Diagnóstico e Intervenção que vem sendo desenvolvido na região desde 2020. Recentemente, o projeto consolidou a definição de 143 Unidades Hidrológicas de Planejamento – UHP. Tem ainda o programa AGenete das

Águas que visa capacitar voluntários para o monitoramento participativo das águas (pág.24).

O diretor secretário do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana tem levado para discussão em eventos, grupos de trabalho, dentre outras oportunidades, a preocupação com a quantidade de água que chega à região norte e noroeste fluminense. “É uma parte da bacia que é das mais carentes de água. A transposição do Rio Paraíba do Sul nos afetou e corremos o risco de sofrer com novas transposições. Com isso, o Comitê tem atuado dentro de suas possibilidades com ações voltadas para garantir o abastecimento de nossa região”, afirmou João.

Vídeos lançados nos canais dos Comitês no Youtube sobre o Programa Mananciais:

CBH MPS: <https://www.youtube.com/watch?v=XtwZx4xBCr0>

Comitê Piabanha: <https://www.youtube.com/watch?v=jEbt5zqBn0Q&t=18s>

CBH Rio Dois Rios: <https://www.youtube.com/watch?v=-5Ve2atCT8o>

CBH BPSI: <https://www.youtube.com/watch?v=TxicJKxF6LE>

Comitês participam de Expedição em prol da proteção e preservação das nascentes



Comitês de Bacias Hidrográficas se reuniram em 2022 para a realização de uma iniciativa especial em prol da conservação e recuperação dos mananciais: a “Expedição Nascentes do Paraíba: da Foz à Nascente do Rio Paraíba do Sul”. A expedição teve como objetivo principal conscientização da necessidade do enfrentamento da crise hídrica através da recuperação e preservação das nascentes, áreas de recarga e cabeceiras, priorizando exemplarmente a cabeceira e a nascente do rio Paraíba do Sul, além das cabeceiras das bacias hidrográficas afluentes.

A primeira etapa da Expedição teve início em março, na praia de Atafona, no município de São João da Barra-RJ. Na segunda etapa, ocorrida em junho, a expedição realizou visitas técnicas à Floresta Nacional de Lorena (ICMBio) e ao Parque Ecológico do Tabuão, ambos em Lorena-SP, ao Parque Estadual da Serra do Mar e à Nascente do rio Paraíba, em Cunha-SP.

Já a terceira etapa envolveu a realização de uma conferência para a exposição dos trabalhos dos CBHs, propostos na Expedição, e encaminhamento das propostas para 2023. Ela aconteceu em setembro, em Areias-SP, e integrou a programação do evento “XX Primavera do Rio Paraíba do Sul”.

O evento contou com a participação de representantes dos Comitês de Bacias Hidrográficas, do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), entidade delegatária com funções de Agência de Bacia, e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

O professor Lázaro Tadeu Ferreira da Silva, Coordenador do Movimento Nascentes do Paraíba e intérprete do personagem “Zé do Paraíba” que mobilizou a organização e acompanhou toda a Expedição, disse que suas expectativas foram superadas. “Graças ao engajamento das diretorias do CBH PS, Piabanha, Médio e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, que promoveram parcerias com os demais comitês afluentes, universidades, órgãos públicos e instituições da sociedade civil que juntos realizaram palestras e visitas técnicas a projetos exitosos em várias localidades, desde a foz a nascente do rio Paraíba do Sul”, relatou o professor.

Nelson Reis, membro do Comitê Piabanha, foi um dos coordenadores da expedição, confessou que atua na gestão dos recursos hídricos desde 2008, mas nunca havia presenciado atuação com tamanha expressão. “Tamanhas as vivências que estamos em uma mobilização para criação de um documentário, também um livro, que está sendo desenvolvido em conjunto com participantes da Expedição. Desejamos que estes materiais possam estimular a promoção de muitas outras expedições às nascentes dos nossos rios, em especial a do rio Paraíba do Sul, para que sejam possíveis avaliações contínuas dos resultados da gestão hídrica nacional”, destacou Nelson Reis.

Acesse a Galeria de Fotos nos sites dos Comitês de Bacia e clique em Expedição Nascentes do Paraíba para conferir os registros.

Confira ainda os bastidores da Expedição Nascentes do Paraíba em seus perfis nas redes sociais!

<https://www.youtube.com/channel/UCSW1Ebc5EdgR0YVnTrWsbUQ/videos>



<https://www.instagram.com/nascentesdoparaiba/>



<https://www.facebook.com/expnascentesdoparaiba/>





Novos municípios recebem Projetos de Esgotamento Sanitário

A iniciativa poderá beneficiar 270 mil moradores das regiões em que atuam os comitês

Com o objetivo de munir os municípios com projetos de sistema de esgotamento sanitário, os comitês que atuam nas regiões hidrográficas Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana têm somado forças para implementar as ações definidas para a Subagenda 3.1 – Esgotamento Sanitário dos respectivos Planos de Bacia. A previsão é de que os projetos sejam concluídos em 2024, contemplando 10 municípios com 20 projetos, que poderão beneficiar, estimadamente, 270 mil moradores das regiões hidrográficas com a melhoria da qualidade da água. As atividades são viabilizadas com recursos da cobrança pelo uso da água. Seu objetivo principal é contribuir com a universalização desse serviço.

Neste processo, haverá a contratação de projetos básicos e executivos e respectivos estudos de concepção, estudos ambientais e serviços técnicos necessários, para os municípios hierarquizados pelos comitês em suas áreas de abrangência. Haverá ainda a contratação de gerenciadora técnica de projetos para acompanhamento e análise técnica dos projetos elaborados.

Enquanto entidade delegatária dos comitês, a AGEVAP já realizou a assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica com os municípios contemplados, para formalização das responsabilidades de cada ente envolvido, e a contratação dos projetos se encontra atualmente em andamento, por meio dos Atos Convocatórios nº 14 e 15 de 2022. O processo licitatório para contratação da gerenciadora para acompanhamento técnico da elaboração dos projetos está previsto para o início do próximo ano. Portanto, em 2023, os municípios irão trabalhar, em conjunto com a empresa especializada contratada e com a AGEVAP, na elaboração do estudo de concepção para os sistemas de esgotamento sanitário em desenvolvimento. Este estudo é um documento que levanta todos os aspectos que podem impactar na qualidade de um sistema de esgotamento, e conta com o auxílio de serviços técnicos como o levantamento topográfico para ser o mais aderente possível à realidade da região contemplada.

Os municípios de Quatis e Varre-Sai estão em tratativas junto à AGEVAP para definição da melhor dinâmica de contratação de seus projetos.

Outro caso é o do município de Itaperuna, que fará a contratação direta do projeto por meio do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF).

Municípios que terão os projetos contratados diretamente pela AGEVAP:

Médio Paraíba do Sul	Piabanha	Rio Dois Rios	Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
✓ Barra do Pirai	✓ São José do Vale do Rio Preto	✓ Santa Maria Madalena	✓ Laje do Muriaé
✓ Mendes	✓ Sapucaia		
✓ Porto Real	✓ Três Rios		
✓ Rio das Flores			
✓ Volta Redonda			
✓ Três Rios			



CBH-BPSI e Itaperuna assinam contrato para execução de Sistema de Esgotamento Sanitário

A assinatura simbólica do contrato aconteceu no dia 29 de novembro de 2022 e contou com a presença dos diretores do CBH-BPSI, Zenilson Coutinho e João Gomes, do prefeito do município contemplado, Alfredo Paulo Marques Rodrigues, do especialista em recursos hídricos, Antônio Ednaldo, e do diretor-presidente da AGEVAP, André Marques. Segundo o diretor-presidente da AGEVAP, os investimentos em projetos de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Itaperuna somam valores em torno de R\$ 2 milhões e a previsão é que os projetos sejam elaborados em até 24 meses. O recurso da cobrança na região hidrográfica irá contemplar não somente o distrito sede, como os distritos de Raposo, Comendador Venâncio, Boaventura, Até e Itajara.



CBH-R2R receberá R\$ 1 milhão para investir no projeto Diagnóstico e Intervenção

Com a intermediação do Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios (CBH-R2R), o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) celebrou acordo com a empresa Votorantim Cimentos prevendo o pagamento de aproximadamente R\$ 1 milhão para serem investidos no projeto Diagnóstico e Intervenção. A área destinada ao projeto é a bacia de drenagem da captação de Monerat/Duas Barras e estão previstas ações de restauração florestal na área.

A microbacia a receber as ações do projeto é estratégica pois trata-se de uma bacia de drenagem de um importante manancial, responsável pelo abastecimento do distrito de Monerat em Duas Barras, além do abastecimento de água dos municípios de Cordeiro e Cantagalo.

O que merece destaque nesta conquista do CBH-R2R é ter construído junto com o MPRJ e a empresa Votorantim Cimentos o entendimento de aplicar recursos de uma compensação ambiental em um programa previsto no Plano de Bacia de uma região hidrográfica.

“Este arranjo estabelecido é muito importante de ser replicado pois fortalece institucionalmente o sistema de gestão de recursos hídricos. Replicar este modelo é sem

dúvida avançar institucionalmente”, declarou o presidente do CBH-R2R, Ocimar Teixeira.

No âmbito desse compromisso originário foi estabelecida a criação de um grupo de trabalho com a participação do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE/MPRJ), do CBH-R2R e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), para fins de elaboração e execução de medidas compensatórias para melhorar a qualidade ambiental da região. Desde então, o grupo de trabalho respectivo realizou inúmeras reuniões, presenciais e virtuais, para debater questões como metodologia de valoração de impactos, arranjo institucional na aplicação dos recursos, hierarquização e seleção de áreas ambientalmente mais favoráveis e outros assuntos conexos.

O termo aditivo pode ser consultado no site:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/aditivotacvotorantimassinado_editado.pdf



Comitê define 143 unidades hidrológicas de planejamento na região

Em 2022, o Comitê Rio Dois Rios (CBH-R2R) aprovou em reunião de Plenário, a Resolução n° 079/2022 que define os critérios técnicos para a hierarquização das 143 Unidades Hidrológicas de Planejamento (UHP) desta Região Hidrográfica. Esta hierarquização é resultado do desenvolvimento do Projeto Diagnóstico e Intervenção (Resolução CBH-R2R n°069/2020), que inicialmente aprovou as divisões espaciais das microbacias desta região hidrográfica (Resolução CBH-R2R n° 076/2021).

Após a definição dos limites espaciais, o CBH-R2R iniciou uma discussão para definir que tipo de critérios técnicos seriam adequados a serem adotados para um processo de hierarquização. E assim, através de um trabalho georreferenciado, foi realizada uma análise multicritério para a definição das UHPs hierarquizadas.

Em um primeiro momento foram definidos quatro critérios de aplicação:

- Conservação do solo e controle da erosão laminar;
- controle da poluição difusa e proteção das áreas de recarga;
- mobilização dos proprietários rurais, e
- manutenção da biodiversidade e áreas protegidas.

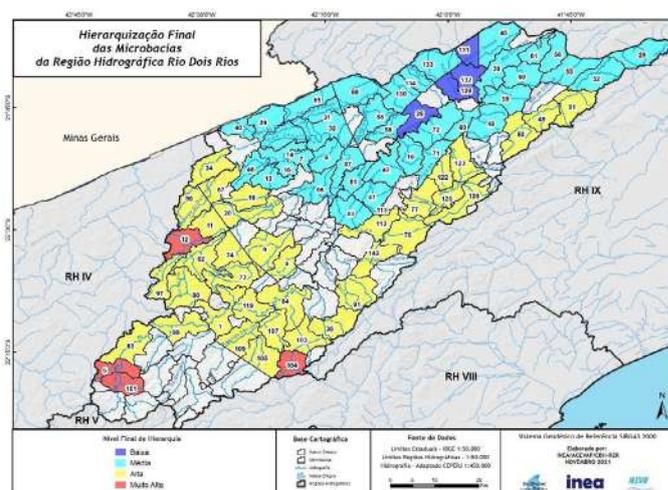
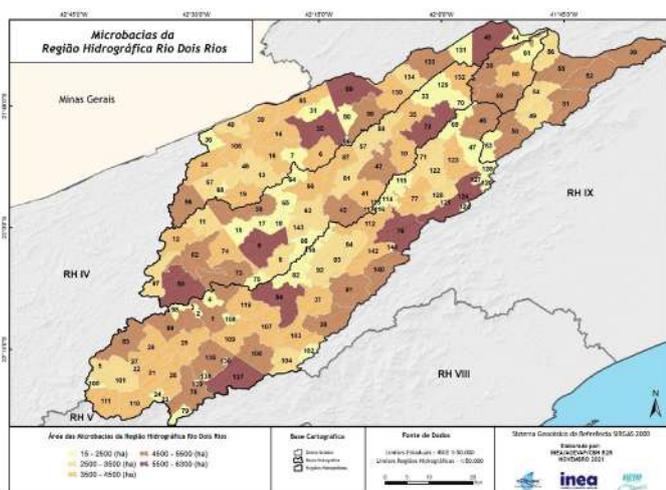
Após uma primeira análise com esses critérios descritos acima, foi realizada uma segunda análise com dois novos critérios, com o objetivo de refinar a hierarquização. Nesta segunda análise os critérios adotados foram:

balanço hídrico e pluviosidade. Após todas estas análises as UHPs foram enquadradas nas categorias: muito alta, alta, média e baixa prioridade.

Portanto, agora o CBH-R2R possui toda sua área de atuação dividida oficialmente por UHPs, devidamente classificadas com relação a prioridade de investimento, o que facilita o planejamento e dá foco para o CBH-R2R definir suas ações.

Este instrumento de planejamento (definição e hierarquização das UHPs) proporciona para o colegiado um direcionamento muito eficiente para desenvolver o seu objetivo de recuperação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Com esta hierarquização há possibilidade para o CBH-R2R investir no projeto Diagnóstico e Intervenção, inicialmente nas microbacias hierarquizadas como muito alta prioridade. Após conseguir trabalhar em todas estas, na sequência, investem-se nas hierarquizadas como alta, e assim sucessivamente até que todas as UHPs sejam recuperadas.

Para o diretor administrativo do Comitê Rio Dois Rios, Pércio Portz, “a definição das Unidades Hidrológicas de Planejamento é sem dúvida um grande passo para um planejamento mais eficaz dos investimentos. Como a arrecadação desta região hidrográfica é muito pequena em comparação ao que deve ser realizado, a definição das áreas mais relevantes para a preservação e conservação dos recursos hídricos facilita a tomada de decisão sobre os investimentos na RH-R2R”.



GeoPortal do CBH-R2R promove capacitação regional

Com o objetivo de difundir a utilização do GeoPortal do Rio Dois Rios junto a gestores, professores, alunos, consultores, enfim, para a população em geral, foi realizada uma capacitação virtual. A iniciativa possibilitou trabalhar conceitos básicos sobre cartografia e informações geoespaciais e, após essa parte conceitual, o evento abordou todas as informações que estão disponíveis no GeoPortal, mostrando na prática como acessá-las. Também foi explicado como o usuário do GeoPortal pode elaborar mapas inserindo as camadas de informações e área de seu interesse. A capacitação foi realizada no dia 31 de maio de 2022 e está disponível no canal do Comitê no YouTube, no link <https://www.youtube.com/@ComiteRioDoisRios>.



Para a diretora vice-presidente do CBH-R2R, Alessandra Assunção (INEA), “a capacitação divulgar a disponibilidade desta ferramenta e explicar o seu uso para a sociedade gera uma melhoria da qualidade técnica na região, quer seja, por parte dos consultores que apresentam melhores do-

cumentos para órgãos ambientais, quer seja para os analistas destes órgãos. E também no processo de formação dos técnicos da região, pois a ferramenta também pode ser explorada por professores e alunos, tanto do ensino básico, quanto no superior.”

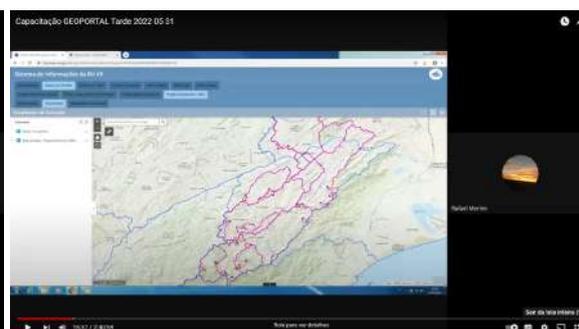
No projeto Diagnóstico e Intervenção, do CBH-R2R, há um eixo de ação que envolve a divulgação de informações técnicas da região hidrográfica. No desenvolvimento deste eixo foi criado e implantado o GeoPortal do R2R que se trata de uma plataforma de acesso a informações geoespaciais da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios.

O novo GeoPortal do Comitê Rio Dois Rios está disponível em:

<https://www.cbhriodois-rios.org.br/geoportal2r>



Geoportal Rio Dois Rios.



Capacitação Geoportal - 31/05/2022 (manhã) - Canal do Rio Dois Rios no Youtube e Capacitação Geoportal - 31/05/2022 (tarde) - Canal do Rio Dois Rios no Youtube.

Novo Regimento estende período de gestão de dois para quatro anos



Em sua 18ª Reunião Extraordinária de Plenário, realizada no dia 22 de setembro de 2022, foi aprovada por unanimidade uma importante alteração do regimento interno do Comitê. De acordo com o documento, foi alterado o período de gestão, passando de dois anos, para um período de quatro anos. Com esta alteração o próximo processo eleitoral do CBH-R2R iniciará em 2025, terminando em 2026.

Diversos fatores resultaram nesta alteração, dentre eles: outros Comitês de Bacias Hidrográficas já adotam este período de gestão; sincronismo com as eleições municipais; processo eleitoral passa a ser realizado a cada quatro anos, poupando o esforço burocrático da secretaria executiva e dos membros.

Para o diretor-presidente, Ocimar Alves Teixeira (APROJAN), esta alteração regimental foi importante para que o CBH-R2R, assim como sua secretaria executiva, foque sua energia no desenvolvimento dos projetos do CBH.

“A taxa de renovação nos processos eleitorais no Comitê é baixíssima e nem todas as vagas são preenchidas na eleição. Qualquer instituição interessada pode ingressar

no Comitê após o processo eleitoral, havendo vagas disponíveis. Sendo assim, não faz sentido a secretaria executiva, assim como todos os membros do Comitê, gastarem tempo e energia para um processo eleitoral, ano sim, ano não”, detalhou o diretor-presidente.

O Regimento Interno do Comitê Rio Dois Rios é o documento que consolida o conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o seu funcionamento, visando o cumprimento de seus objetivos e competências.

A primeira versão foi aprovada em Reunião Plenária de Instalação do Comitê no dia 27 de janeiro de 2009. Até então, este documento havia sofrido apenas uma alteração, no dia 2 de abril de 2013.

O Regimento Interno pode ser acessado no site: <https://www.cbhriodoisrios.org.br/regimento-interno.php>.



Conheça as ações em andamento pelo projeto AGente das Águas



verdadeiro vigilante do curso d'água. Enfim, é um projeto que promove uma apropriação do ambiente pela população local", explica o diretor-administrativo do Comitê, Lício de Sá Freire.

Saiba mais sobre o AGente das Águas

Em 2021, o CBH-R2R, através de sua secretaria executiva (Agevap) estabeleceu um convênio com a Fiotec/Fiocruz para a execução do programa de educação ambiental do Comitê através da aplicação do projeto de monitoramento participativo AGente das Águas (Resolução CBH-R2R nº072/2021).

Após a assinatura do convênio foram realizadas reuniões para estabelecer o plano de atividades e iniciar a execução do projeto. Foi definido que o primeiro ciclo seria com a realização de um curso voltado para profissionais da região com perfil para serem multiplicadores, e apoiar a realização nas próximas atividades.

O AGente das Águas tem como objetivo capacitar voluntários para o treinamento e a mobilização de grupos comunitários acerca da degradação, escassez, conservação e monitoramento dos recursos hídricos. O principal intuito desta abordagem é ampliar a rede de monitoramento participativo dos recursos hídricos na Mata Atlântica, promovendo o monitoramento contínuo de corpos hídricos, discussões e resoluções de problemas ambientais da região.

Objetivos específicos:

- ✓ Estimular a criação de grupos de agentes voluntários através de um curso teórico-prático denominado AGente das Águas baseado na realidade socioambiental local de forma a garantir a apropriação do conhecimento dos procedimentos em relação ao monitoramento da qualidade da água de rios;
- ✓ Promover parcerias com instituições (e.g. associação de moradores, ONG's, comitês de bacia, prefeituras, instituições de pesquisa e ensino, empresas) para o treinamento de agentes voluntários que possam atuar como multiplicadores na formação de grupos comunitários em regiões ao longo da Mata Atlântica;
- ✓ Acompanhar os multiplicadores ao longo do projeto, auxiliando em procedimentos práticos (e.g. coleta de campo, análise de dados), assim como discussões e resoluções de problemas, a fim de aperfeiçoar a metodologia do projeto;
- ✓ Estimular a auto-sustentação das ações dos voluntários após o período de término do contrato com a FIOCRUZ.

O projeto AGente das Águas é fruto de uma parceria do Comitê Rio Dois Rios (CBH-R2R) com a Fiotec/Fiocruz. Estão previstos para serem executados neste convênio recursos que totalizam R\$ 650 mil ao longo dos próximos 5 anos. Dentre as atividades previstas no projeto, está em fase de execução o Curso dos Multiplicadores. O principal objetivo deste curso é preparar os alunos, que possuem perfil técnico, para aplicá-lo em alunos que não possuem conhecimentos técnicos, ou seja, para a população comum.

O curso acontece em dois módulos: o primeiro, teórico, e o segundo, prático. O módulo teórico está sendo realizado remotamente através da plataforma EAD da Fiocruz. E o módulo prático acontecerá nos rios de Nova Friburgo, onde serão realizadas as práticas a serem executadas no monitoramento participativo. A execução do projeto está sendo realizada pela equipe do Laboratório LAPSA da Fiocruz, com o apoio operacional do CBH-R2R e de sua secretaria executiva.

Os participantes são profissionais das prefeituras, professores da rede pública, gestores públicos municipais e estadual, Defesa Civil, Emater (empresa responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio de Janeiro), Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), dentre outras.

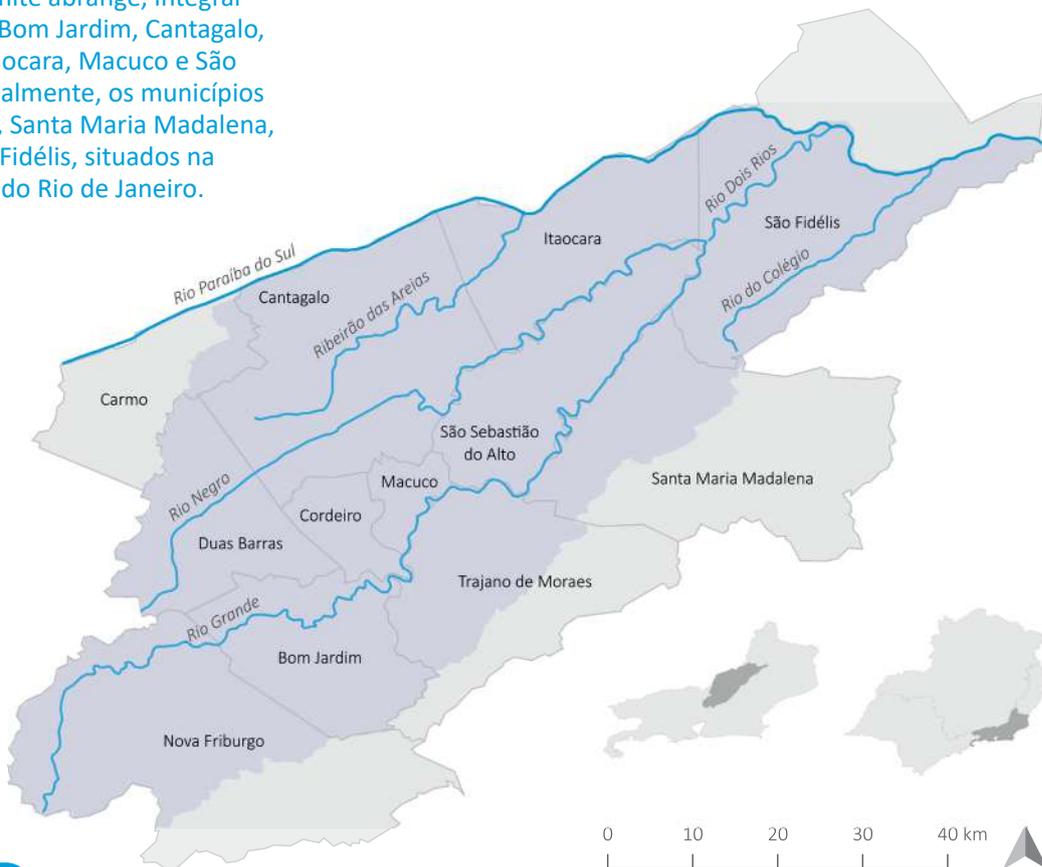
"O AGente das Águas é de suma importância para nossa região, pois não traz apenas a informação à população. Na verdade, o projeto consegue alterar o comportamento da população local, fazendo com que aquele cidadão que mora ao lado do córrego ou do rio passe a ser o

QUEM SOMOS:

Com sede no município de Nova Friburgo/RJ, o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo **Decreto Estadual nº 41.472**, de 11 de setembro de 2008, cuja redação foi alterada pelo **Decreto Estadual nº 45.460/2015**. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica VII (RH-VII) do Estado do Rio de Janeiro.

ÁREA DE ATUAÇÃO:

A área de atuação do Comitê abrange, integralmente, os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco e São Sebastião do Alto e, parcialmente, os municípios de Carmo, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes e São Fidélis, situados na região serrana do estado do Rio de Janeiro.



composição (2021-2022)

Diretório

Plenário
24

Câmara Técnica Permanente
Institucional e Legal

Grupos de Trabalho

· GT Acompanhamento do Plano de Bacia

Instituições Titulares e Suplentes

8
Poder
Público

• FIPERJ • INEA • P.M. Trajano de Moraes • P.M. Cordeiro • P.M. Sta Maria Madalena • P.M. de Cantagalo • P.M. Nova Friburgo • P.M. Macuco • REDEC • EMATER-RIO • P.M. São Fidélis • P.M. Bom Jardim • P.M. São Sebastião do Alto • P.M. Itaocara • P.M. Duas Barras

8
Usuários
de Água

• Águas de Nova Friburgo LTDA • Associação de Indústria Cervejeira de Nova Friburgo e Região - BEER ALLIANCE • CEDAE • Fazenda Soledade LTDA • FIRJAN • Lafarge Holcim Brasil S.A

8
Sociedade
de Civil

• IPRJ-UERJ • ACIANF • AEANF • APROJAN • APPRC BURACADA DOS GOMES • MBH RIBEIRÃO DOS PASSOS • CONRURAL • CECNA • RÁDIO BRASIL RURAL – ACERDAT • ACAMPAR - RJ

Av. Julius Arp, nº 85
Centro – Nova Friburgo/RJ
CEP: 28.623-000

(22) 2523-4881

cbhriodoisrios@agevap.org.br

@cbhrio2rios

www.cbhriodoisrios.org.br



A atuação da sala de monitoramento no período de cheias em 2022

Desde a criação do projeto Sala de Monitoramento no Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana em 2016, a sua atuação vem consolidando sistematizações, metodologias e análise de dados. A importância e pertinência do projeto para a sociedade ganhou destaque no início do ano de 2022, ocasião onde a região do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana vivenciou um período de cheias que impactou atividades econômicas e demandou muitas ações para remediar os alagamentos nas regiões urbanas dos municípios.

Diferente dos outros períodos de cheias que integram o histórico de inundações significativas em Campos dos Goytacazes e região, em janeiro de 2022 o monitoramento contínuo da Sala de Monitoramento possibilitou a prevenção do fenômeno ambiental e principalmente ações preventivas para minimizar os prejuízos causados. O dia com maiores ocorrências de inundações e rompimento do dique do Rio Paraíba do Sul foi 11 de janeiro. No entanto, o trabalho da Sala de monitoramento que apontou o período de alerta começou em dezembro de 2021. Nesse período, o monitoramento da equipe técnica apresentou indicadores que mostravam índices de precipitação acu-

mulada e vazões crescentes, o cenário de modelagem mostrou semelhança com ocorrências de precipitações e vazões ocorridas no ano anterior, entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Na ocasião os diretores do Comitê foram alertados sobre esse cenário de fortes enchentes, caso as previsões da Sala de Monitoramento fossem confirmadas.

“Chamamos a Defesa Civil e fizemos uma reunião às 6 da tarde e falamos que no dia seguinte o rio atingiria a cota de 11 metros. O rio estava chegando a cota de 10,40 metros que é a cota de transbordo. Ou seja, nós conseguimos prever uma antecedência de 24 horas que esta cota de transbordo seria ultrapassada”, contou o diretor do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, João Gomes de Siqueira.

A atuação da Sala de Monitoramento no período de cheias foi um caso exitoso na história da gestão das águas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. A fragilidade ambiental da região com suas especificidades demandam melhor compreensão da dinâmica dos corpos hídricos e variações climáticas. Nesse sentido, o projeto Sala de Monitoramento se configura como parte estratégica e com perspectivas de ampliação das ações para melhor atendimento das demandas apresentadas no Plano de Bacias para garantir a segurança hídrica.



Imagens: Notícias sobre as consequências do período chuvoso de janeiro de 2022

Os Relatórios Hídricos da Sala de Monitoramento

O projeto Sala de Monitoramento diariamente elabora e divulga o documento intitulado “Relatório Hídrico Diário”. A publicação é segmentada em três sistemas: o primeiro abrange pontos monitorados na calha principal do rio Paraíba do Sul e afluentes, o segundo contempla o sistema Lagoa Feia e o terceiro o Rio Itabapoana. Os dados monitorados (cota, vazão e precipitação acumulada) referentes às estações fluviométricas e telemétricas são informados pela Agência Nacional de Águas - Sistema Hidro – Telemetria, Sistema Alerta de Cheias – INEA, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres

Naturais (Cemaden), além desses pontos monitorados por telemetria, alguns pontos estratégicos do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana são monitorados por colaboradores que fazem as leituras das réguas linimétricas instaladas pela equipe técnica da Sala de Monitoramento.

Os dados semanais e mensais podem ser acessados através do site da Sala de Monitoramento no link <http://salademonitoramento.cbhbaixoparaiba.org.br/relatorio-hidrico>.



Imagens. Exemplos dos Boletins Hídricos Diários



Equipe da Sala de Monitoramento durante atividades.

O edital PROPESQUISA e o apoio ao controle de vazões

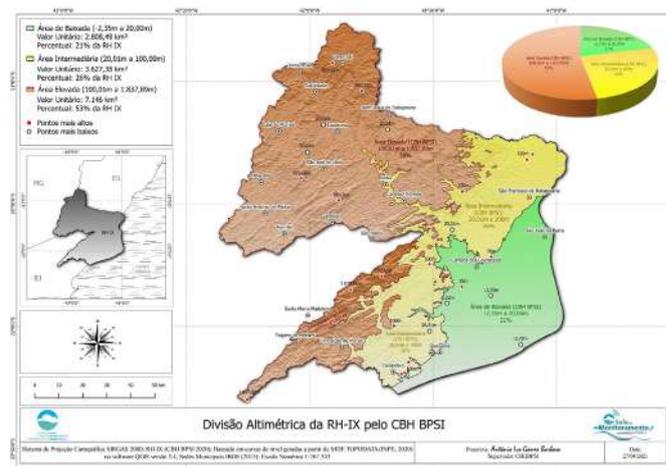
A Sala de Monitoramento, dentre outras ações, auxilia na elaboração de relatórios hídricos diários, abrangendo pontos da rede de monitoramento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN-RJ) e alguns pontos monitorados pelo Comitê com apoio de colaboradores.



Imagem 01. Modelo boletim hídrico diário da Sala de Monitoramento.

A região hidrográfica IX tem algumas especificidades, dentre elas destaca-se a variação de altitude de relevo em cada ponto. No entanto, a equipe da Sala de Monitoramento observou uma segmentação da região

em três áreas distintas para gestão. Esse mapeamento, associado ao monitoramento, foi estratégico para auxiliar na definição de ações para aperfeiçoamento da gestão para cada região específica, como a iniciativa do Edital PROPESQUISA para estudos hidrológicos.



Mapa: Divisão altimétrica RH IX

A edição do PROPESQUISA RH-IX, lançada em 2022, tem como linha de atuação os estudos hidrológicos e consistirá na determinação de curva-chave para 5 pontos de cursos hídricos, incluindo a realização de campanhas de medição vazão.

Tabela: Informações sobre os pontos de medição

Ponto	Corpo hídrico	Local	Longitude UTM	Latitude UTM	Zona
1	Rio Ururaí	Ponte BR 101	252099,24	7585380,92	24K
2	Rio Macabu	Ponte Quissamã	239237,39	7561930,47	24K
3	Rio Prata	Ponte RJ	245209,75	7571996,81	24K
4	Muriae	COAGRO	251124,34	7603717,89	24K
5	Itabapoana	Cruzamento RJ 224	293146,56	7644827,73	24K

Parte desses estudos ocorrerão na região da baixada, nos principais contribuintes da Lagoa Feia, a saber, Rio Ururaí, Rio Macabu e Rio da Prata. Essas curvas chaves, associadas a instalação de estações telemétricas nesses pontos, serão fundamentais para auxiliar na gestão da Lagoa Feia. A Lagoa atua como central para regulação hídrica de toda a baixada campista, de sua rede de canais artificiais e dos conflitos seculares associados ao projeto de drenagem na região.

Estas ações integradas representaram importante aumento qualitativo e quantitativo na rede de monito-

ramento da região hidrográfica IX, território que abriga a foz de relevantes corpos hídricos e tem baixa cobertura de monitoramento ambiental, seja por parte do governo federal ou estadual. A relação entre oferta e demanda por recursos hídricos em determinado trecho ou região é crucial para tomada de decisão. Desta forma, a ação integrada da contratação de telemetria e curva chave serão iniciativas para preencher essa lacuna sobre a efetiva disponibilidade hídrica em cada sub bacia.

Canais da Baixada Campista: estudo para regularização hídrica está em fase final

Uma das consequências da diminuição do volume de água no trecho final do rio Paraíba do Sul vem sendo observada nos canais da Baixada Campista. O sistema projetado para adução tem apresentado falhas e impactado negativamente a região. O problema se torna ainda mais grave nos períodos de estiagem com a diminuição das vazões mínimas.

Assim, tornou-se impreterível a busca por uma solução tanto para recuperação dos canais e comportas como também para a sua manutenção ao longo dos anos. Em 2021 foi assinado contrato com uma empresa para elaborar o Estudo de Alternativas e Desenvolvimento de Projeto Básico visando garantir a adução de água para os sistemas de canais da Baixada Campista. Para este fim, foram destinados pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP aproximadamente R\$ 1 milhão, provenientes da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul em âmbito federal.

Espera-se que, com a conclusão desse estudo, prevista para o início de 2023, as instâncias competentes possam avançar na definição das atribuições ente os níveis federal, estadual e municipal para colocar em prática as obras definidas no estudo, além de manutenção e operação adequada das novas estruturas.

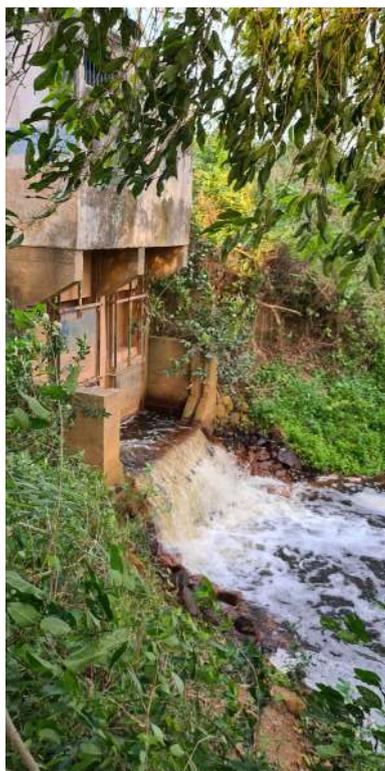
Por que contratar?

A justificativa para essa contratação decorre de um problema histórico. A baixada campista possui um complexo sistema de canais de adução que eram operados pelo **Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS** até o ano de 1989. Com a extinção do DNOS, a gestão desse sistema passou a ser difusa e ineficiente. A população da região atualmente sofre com a diminuição das vazões mínimas, principalmente nos períodos de estiagem, atrelados a observada diminuição da cota da linha água no trecho final do rio Paraíba do Sul.

Conclusão em 2023

Para o diretor secretário do BPSI, João Siqueira, o estudo poderá mitigar os efeitos de todo estresse hídrico da região. “Com a implementação do projeto, conseguiremos manter a adução de água o ano todo para os canais da baixada campista, que são os mantenedores das 22 lagoas da região. A medida também viabilizará o uso da água para irrigação, abastecimento humano, dessedentação animal, manutenção das lagoas e diluição do esgoto que é lançado nos canais”, explicou.

João esclareceu ainda que este estudo integra uma etapa fundamental para a resolução destes problemas e, após sua conclusão, prevista para 2023, o próximo passo é a contratação da obra de execução, que dependerá mais uma vez da junção de esforços e investimentos financeiros de diferentes entes do sistema.



Educação Ambiental: projeto tem como ponto de partida sete escolas municipais da região



Iniciado em setembro de 2022, a etapa de prognóstico do Programa de Educação Ambiental (PEA) do Comitê de Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI), a iniciativa contou com a execução de ações integradas de Educação Ambiental em escolas dos municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, São Francisco de Itabapoana, Quissamã e Bom Jesus de Itabapoana. O projeto teve sua primeira fase entre julho e agosto de 2022, quando a proposta foi apresentada aos representantes das secretarias de educação e meio ambiente das respectivas prefeituras.

sendo firmadas para que o PEA consiga alcançar todos os 22 municípios que compõem a Região Hidrográfica IX.



Conceição de Macabu - 11 de novembro de 2022 e
Quissamã - 18 de novembro de 2022



Bom Jesus do Itabapoana - 22 de novembro de 2022 e
Campos dos Goytacazes - 27 de setembro de 2022

No dia 27 de setembro de 2022 tiveram início as ações de prognóstico do Programa na Escola Municipal Pequeno Frederico, em Ururá, distrito do município de Campos dos Goytacazes. Os alunos assistiram uma apresentação teatral do Grupo Gotta, e em seguida foram até as margens do Rio Ururá, onde plantaram mudas de diversas plantas, participando assim do processo de reflorestamento da área. Durante o mês de novembro de 2022, o Comitê levou ainda as ações de prognóstico do programa a outras quatro escolas da região: Escola Municipal Umbelina Aquino de Oliveira (Conceição de Macabu), Escola Municipal Domingos Santos (São Francisco de Itabapoana), CIEP Brizolão 465 Dr. Almicar Pereira da Silva (Quissamã) e Escola Municipal Anacleto José Borges (Bom Jesus do Itabapoana).

A iniciativa visou conscientizar as crianças e adolescentes através de palestras, visitas técnicas e atividades como plantação de mudas de árvores e concurso de fotografia sobre a importância de cuidar do meio ambiente e preservar os recursos hídricos, além de proporcionar aos estudantes e professores, uma troca de conhecimento e interação com o trabalho realizado pelo CBH-BPSI.

De acordo com a diretora administrativa do CBH-BPSI, Luiza Salles, novas parcerias com outras prefeituras estão

“Nossa expectativa é lançar nosso programa em março de 2023 e, com base nos resultados do diagnóstico realizados, fazer as adequações necessárias. Tanto para que o programa tenha capilaridade com as ações de políticas públicas já implementadas, como em planejamento, pelos municípios da nossa Bacia Hidrográfica. A ideia é construir um trabalho integrado, com objetivo de garantir a participação dos jovens no engajamento de nossas redes propostas. É preciso envolver a sociedade nos processos de defesa de nossas águas”, detalhou Luiza.



São Francisco de Itabapoana - 17 de novembro de 2022



COMITÊ DE BACIA
HIDROGRÁFICA DO BAIXO
PARAÍBA DO SUL
E ITABAPOANA

ÁREA DE ATUAÇÃO:

A área de atuação do Comitê abrange, integralmente, os municípios de Campos dos Goytacazes, Quissamã, Natividade, São João da Barra, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubá, Italva, Santo Antônio de Pádua, Cardoso Moreira, Aperibé, Miracema, Varre-Sai, São Francisco de Itabapoana, Porciúncula e Laje do Muriaé, assim como, parcialmente, os municípios de Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, São Fidélis, Santa Maria Madalena e Bom Jesus do Itabapoana, situados na regiões norte e noroeste fluminenses do Estado do Rio de Janeiro.

QUEM SOMOS:

Com sede no município de Campos dos Goytacazes/RJ, o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana foi instituído pelo Decreto Estadual nº 41.720, de 03 de março de 2009, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.584/2016. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IX (RH-IX) do Estado do Rio de Janeiro.



composição (2021-2024)

Diretoria

Plenária
30

Câmara Técnica Consultiva

Grupos de Trabalho

- GT Manejo de Comportas
- GT Nascentes
- GT Lagoas Costeiras
- GT Estudos de Vazão
- GT PCH Saltinho
- GT Sociedade Civil
- GT Transposição Rio Macabu
- GT Itabapoana
- GT Acompanhamento ao Plano de Bacia
- GT Acompanhamento ao Contrato de Gestão.

Instituições Titulares e Suplentes

● REDEC Norte ● EMATER ● INEA ● FIPERJ ● P.M. de São José de Ubá ● P.M. de São Francisco de Itabapoana ● P.M. de São João da Barra ● P.M. de Italva ● P.M. de Aperibé ● P.M. de Santo Antônio de Pádua ● P.M. de Campos dos Goytacazes ● P.M. de Conceição de Macabu ● P.M. de Carapebus ● P.M. de Bom Jesus do Itabapoana ● P.M. de Quissamã ● P.M. de Trajano de Moraes ● P.M. de Varre-Sai ● P.M. de São Fidélis ● P.M. de Itaperuna

10
Poder
Público

10
Usuários
de Água

● Águas do Paraíba S/A ● CEDAE ● FIRJAN ● APROMEPS ● COPAPA ● ASFLUCAN ● COAGRO ● SINDICATO RURAL ● APRUDOM ● SISERJ ● ABRAGEL ● Porto do Açú ● Jurubatiba Turismo ● Pousada Rancho Ouro Preto

10
Sociedade
de Civil

● ECOANZOL ● OAB/RJ ● Associação Raízes ● UENF ● UFF ● UFRRJ ● IFF ● AMA-Açu ● Fundenor

ENDEREÇO: Av. Alberto Lamego,
nº 2.000 (UENF) Prédio P5,
TÉRREO (ao lado do Bradesco)
Parque Califórnia - Campos dos
Goytacazes/RJ
CEP: 28.013-602

(22) 2725 9023

cbhbaixops@agevap.org.br

@cbh.bpsi

www.cbhbaixoparaiba.org.br



O retorno dos eventos presenciais: ENCOB e ECOB

O ano de 2022 ficou marcado pelo retorno dos eventos presenciais após dois anos de medidas de restrição e isolamento social adotadas para conter a pandemia da COVID-19.

ENCOB



XXIV ENCOB

ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 26 de AGOSTO de 2022

Foz do Iguaçu - Paraná

Gestão da água: Responsabilidade de todos

Arte: Logomarca oficial do ENCOB

De acordo com os organizadores, após o recorde de público em 2021, o XXIV ENCOB - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas contou com a participação de, aproximadamente, 3.300 pessoas - forma presencial e *online*. Com o tema “Gestão da Água: responsabilidade de todos”, o encontro foi marcado por debates, experiências e muitas novidades. Dentre as novidades, destaca-se o #Falacomitê, que contou com uma estrutura completa de um estúdio de gravação no formato de podcast onde personalidades, membros de comitês e autoridades tiveram a oportunidade de bater um papo descontraído sobre a gestão das águas durante o evento. O representante do Comitê Piabanha, Nelson Reis, foi um dos principais colaboradores para a realização deste formato.



Canal do Portal ENCOB

O ENCOB teve sua primeira edição em 1999 e é organizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) contando sempre com parcerias fundamentais que colaboram com sua realização e com a crescente participação dos entes do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Brasil.

Acesse o ÁLBUM DE FOTOS DO ENCOB NO FACEBOOK DE CADA COMITÊ e confira a participação dos representantes dos Comitês Médio Paraíba do Sul, Piabanha e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

ECOB



Logomarca oficial do ECOB/ Divulgação: organização

Com o tema “RIOS EM NOSSAS VIDAS: O DESAFIO DE REGULAR - A mobilização, comunicação e educação para regulação das águas”, foi realizado pelo Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) em 2022 o décimo Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro, o ECOB. Depois de dois anos, o evento retornou ao formato presencial e aconteceu no Centro de Convenções General Sombra em Vassouras/RJ e na Universidade de Vassouras, do dia 30 de novembro a 3 de dezembro. O ECOB contou com transmissão simultânea no canal do Fórum Fluminense no YouTube.



O Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) é uma instância colegiada formada pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro legalmente instituídos. Foi criado com a missão de fortalecer os Comitês como entes do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos através da integração e da gestão das águas.

Confira o que aconteceu no ECOB e demais informações nas redes do Fórum Fluminense:

Site oficial: <http://www.forumfluminensecbh.eco.br/>

Canal no Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCW-LpOyDbLgAkMcd1pQxT-g/featured>

Facebook: <https://www.facebook.com/ffcbhs>

Instagram: <https://www.instagram.com/forumfluminensecbh/>

ENCOB



ECOB



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil

A Organização das Nações Unidas (ONU) e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

São 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil:



Esta edição da Revista Quatro Águas destaca o Objetivo 6:
“Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”

Saiba mais em:
<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>

